

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“Júlio de Mesquita Filho”

Campus de Ourinhos

Adilson Toledo Bernardes

A precarização do trabalho docente no ensino público estadual de São Paulo: a hegemonia neoliberal na educação pública e suas consequências para a saúde do trabalhador – uma análise a partir de Ourinhos.

Ourinhos – SP
2014

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“Júlio de Mesquita Filho”

Campus de Ourinhos

A precarização do trabalho docente no ensino público estadual de São Paulo: a hegemonia neoliberal na educação pública e suas consequências para a saúde do trabalhador – uma análise a partir de Ourinhos.

Adilson Toledo Bernardes

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à banca examinadora para obtenção do título de Bacharel em Geografia pela Unesp – Campus de Ourinhos.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Dornelis Carvalho

Ourinhos – SP
2014

Banca Examinadora

Profº Dr. Marcelo Dornelis Carvalhal

Profº Dr. Amir El Hakim de Paula

Profª Drª. Marcia Cristina de Oliveira Mello

AGRADECIMENTOS

Agradeço a meus Pais, Remidia e Adilson, e a meu irmão Luis, que fizeram tudo isso possível, com seu amor e apoio incondicionais, que superou distâncias e luta contra a saudade. Vocês me ensinaram que se “Eu quero, Eu posso, Eu vou conseguir”.

Agradeço ao meu Orientador, Profº. Dr. Marcelo Dornelis Carvalhal, pelas valiosas contribuições no desenvolvimento desse projeto e por me apresentar às reflexões da Geografia do Trabalho, base fundante desse estudo.

A todos os meus professores, em especial à Professora Remidia, que, desde minha infância e ao longo de toda minha formação acadêmica, dedicaram esforços em minha formação, sofreram e sofrem com os mandos e desmandos do Estado Capitalista e mesmo assim servem como exemplo de perseverança, resistência e paixão.

Agradeço a todos os Professores que fizeram parte dessa pesquisa ao longo das entrevistas e questionários e me ajudaram a descortinar um pouco da realidade cruel a que se submete a escola pública.

Agradeço a todo o pessoal da Subsede da APEOESP de Ourinhos, pela solicitude em fornecer informações e sempre demonstrar que a Luta sempre continua.

Agradeço aos meus amigos e companheiros de República (Rep. Los Pirata! e Rep. Casa das Traças – Antiga “Welcome Marmota”) que dividiram inúmeros momentos e acompanharam, mesmo que indiretamente, todas as fases dessa pesquisa, e sempre contribuíram, com idéias, churrascos e conversas de bar.

Agradeço à Camila Pontin Novaes, minha melhor amiga, sempre presente nos momentos bons e ruins dessa trajetória, pelo seu amor e companheirismo, pelo seu apoio e, acima de tudo, por acreditar que eu seria capaz.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 - NEOLIBERALISMO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA	11
1.1 - O Estado Neoliberal – Panorama Geral	11
1.2 - Implicações para a Educação sob a Égide neoliberal, o caso do Estado de São Paulo.	15
2 - O TRABALHO DOCENTE NO ENSINO ESTADUAL BÁSICO E SUAS FACETAS	23
2.1 - A precarização do trabalho no mundo contemporâneo	23
2.2 - A precarização do Trabalho Docente na rede Estadual de São Paulo, análise a partir de Ourinhos – SP.	26
2.2.1 - Caracterização Geral da Diretoria de Ensino Região de Ourinhos e dos professores	26
2.3 - Alienação, estranhamento e Flexibilização do trabalho docente, faces do trabalho precarizado.	27
2.4 - A Saúde dos Professores: um panorama das consequências da Hegemonia neoliberal sobre os trabalhadores da rede estadual da Cidade de Ourinhos – SP.	37
CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS	53
ANEXOS	58

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução das Receitas do Estado de São Paulo 2010 - 2014 p.18

Gráfico 2 - Evolução das Despesas com investimento em Educação 2010 - 2014 p.19

Gráfico 3 - Salário do Professor e Salário Mínimo Estado de São Paulo, 1999 - 2014 p.32

Gráfico 4 - Remuneração média dos profissionais com ensino superior completo, ocupações selecionadas - Estado de São Paulo, Setembro de 2012 p.33

Gráfico 5 - Divisão dos questionários respondidos por Gênero - Ourinhos SP p.38

Gráfico 6 - Categorias docentes e divisão por Gênero - Ourinhos - SP p.38

Gráfico 7 - Proporção dos Docentes de acordo com Jornada de Trabalho (Ourinhos-SP) p.39

Gráfico 8 - Proporção dos docentes de acordo com tempo de Serviço (Ourinhos - SP)p.40

Gráfico 9 - Principais causas de sofrimento no exercício do trabalho apontadas pelos professores p. 41

Gráfico 10 - Principais causas do desgaste físico e emocional apontadas pelos professores - Ourinhos - SP p.41

Gráfico 11 - Principais Sintomas p.42

Gráfico 12 - Principais sintomas relatados pelos professores p.43

Gráfico 13 - Principais Doenças com diagnóstico confirmado p. 46

Gráfico 14 - Doenças com diagnóstico confirmado relatadas pelos professores de Ourinhos p.49

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Contingente de docentes no Estado de São Paulo – Agosto de 2013 p.19

Tabela 2 - Diretoria de Ensino de Ourinhos - SP p.26

Tabela 3 - Categorias Docentes: Sexo x Categoria (Região de Ourinhos -SP) p.27

Tabela 4 - Fatores laborais que auxiliam no desenvolvimento do Burnout p.45

RESUMO

As transformações recentes da estrutura produtiva do capitalismo trouxeram novas roupagens ideológicas e políticas ao seu processo de reprodução societal, nesse contexto as reformas neoliberais da educação surgem e trazem consequências para o trabalho exercido pelos profissionais envolvidos, dentre estes, os docentes da educação básica. O governo do Estado de São Paulo incorpora essa ideologia e passa a adotar diversas práticas que sucateiam o ensino público e precarizam o trabalho docente, em nome de um projeto educacional que está em concordância com os ditames da lógica hegemônica. Esse quadro tem consequências para a reprodução material do professorado e até mesmo para a saúde dos trabalhadores em questão, como buscamos evidenciar a partir dos professores da rede Estadual da cidade de Ourinhos-SP.

Palavras chave: Professor, Precarização, Saúde do Trabalhador, Neoliberalismo

ABSTRACT

The recent transformations of the productive structure of capitalism brought new ideological and political process to its reproduction, in this context, neoliberal education reforms come and bring consequences for the work done by the professionals involved, among them, the teachers of basic education. Such reforms are proposed by supranational bodies and aim to make education one more field investment and dictated by market logic.

The state government of São Paulo embodies this ideology and will adopt various practices that degrade public education and teachers' work on behalf of an educational project that is in accordance with the dictates of the hegemonic logic. This framework has implications for the material reproduction of the teaching and their working condition as we seek evidence from the teachers of the State network in the city of Ourinhos-SP.

Key words: Teacher, Insecurity, Neoliberalism

INTRODUÇÃO

Após um extenso período de ascensão econômica, fruto do pós-guerra, o então sistema vigente de acumulação, cujo lugar-comum se estruturava sob o paradigma do Fordismo/Taylorismo passou a dar sinais de desgaste e desaceleração. A decrescente taxa de lucro, fruto das lutas sociais e das conquistas da classe trabalhadora organizada, aliada a uma diminuição sensível do emprego e do consumo levaram ao esgotamento do padrão de produção/acumulação que se desenvolveu nas últimas décadas. Paralelamente a esse quadro, houve uma grande escalada do Capital financeiro e especulativo, que buscava cada vez mais fluidez e lucratividade (ANTUNES, 2009).

O fim do século XX foi marcado por mudanças nas diversas esferas da sociedade. A revolução tecnológica permitiu substanciais avanços nos campos das telecomunicações e tecnologias da informação o que, aliado dialeticamente a um desenvolvimento rápido do capitalismo sobre as fronteiras econômicas mundiais, propiciou uma mundialização hegemônica do sistema, que impôs ao mundo inteiro sua racionalidade.

Tal racionalidade produz, segundo Santos (2008), a tirania do mercado e a impotência seletiva do Estado, em uma constante busca pela fluidez e competitividade:

A exigência de fluidez manda baixar fronteiras, melhorar os transportes e comunicações, eliminar os obstáculos à circulação do dinheiro (ainda que a das mercadorias possa ficar para depois), suprimir as rugosidades hostis ao galope do capital hegemônico (transformações dos *ejidos*, os campos comunitários do México, ou dos latifúndios no Brasil). (SANTOS, 2008, p. 31).

Essa reestruturação do capitalismo em escala global é acompanhada de uma reestruturação produtiva, obviamente marcada pelos mesmos ditames de fluidez, competitividade, eficiência e lucratividade. O novo cenário econômico foi apoiado ideologicamente pela retomada das ideias liberais sob uma nova roupagem, o neoliberalismo.

De acordo com Antunes (2009):

Como resposta a sua própria crise, iniciou-se um processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação, cujos contornos mais evidentes foram o advento do

neoliberalismo, com a privatização do Estado, a desregulamentação dos direitos do trabalho e a desmontagem do setor produtivo estatal, da qual a era Thatcher-Reagan foi expressão mais forte; a isso se seguiu também um intenso *processo de reestruturação da produção e do trabalho*, com vistas a dotar o capital do instrumental necessário para tentar repor os patamares de expansão anteriores. (ANTUNES, 2009. p. 31).

Nesse cenário se evidencia também “uma ação destrutiva contra a força humana de trabalho que tem enormes contingentes *precarizados* ou mesmo à margem do processo produtivo” (ANTUNES, 2009. p. 33). Nota-se então a precarização e a flexibilização das relações de trabalho como um dos elementos mais presentes nessa nova fase de acumulação capitalista, ademais aqueles que se encontram sob o jugo do Estado, agora considerado um entrave ao desenvolvimento do capitalismo.

O trabalho docente se configura então como um elemento central a essa nova etapa. Primeiramente por estar inserido na dinâmica societal capitalista; em segundo lugar, por estar diretamente relacionado a escolarização dos trabalhadores; e, por fim por estar em um nicho de mercado cada vez mais explorado e visado aos investimentos do grande capital global, a Educação¹. Como exemplos desse quadro podemos destacar a reportagem de julho de 2009, em que o Jornal Estadão aponta o montante de investimentos privados em educação pública em torno de 1 bilhão de reais anuais² e a análise apresentada pela Revista Fórum acerca do avanço do capital externo sobre o setor educacional brasileiro.³

Um dos elementos que podem auxiliar na compreensão do atual quadro da educação pública estadual e, conseqüentemente, da precarização do trabalho docente na rede pública é a escalada da ideologia neoliberal no Brasil, e em particular no Estado de São Paulo. A partir do entendimento das funções do Estado neoliberal, e do papel da educação pública na consolidação desse projeto societal, pode-se descortinar as facetas da realidade do trabalho dos docentes inseridos nesse panorama e seus impactos para a saúde dos trabalhadores em questão.

1 Maiores informações sobre a atuação do capital privado na educação pública pode ser encontrada no “Guia GIFE sobre Investimento social Privado em Educação” disponível em: http://www.gife.org.br/arquivos/publicacoes/8/LIVRO_FINAL.pdf

2 Reportagem disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,investimento-privado-em-educacao-publica-chega-a-r-1-bilhao-por-ano,398031,0.htm>

3 Reportagem disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/blog/2013/08/sob-o-dominio-do-capital-estrangeiro/>

Este trabalho tem por objetivo caracterizar e contextualizar a precarização do trabalho docente na rede de ensino público do Estado de São Paulo, mediante as políticas educacionais de cunho neoliberal. E buscar entender a relação entre tais políticas e a precarização do trabalho dos professores da rede pública, na cidade de Ourinhos.

Para tal, foi produzido um levantamento bibliográfico sobre os temas de Trabalho e Educação, Neoliberalismo e Políticas Educacionais e as Condições de Trabalho no sistema Capitalista. Do ponto de vista da precarização, alienação e estranhamento do Trabalho, buscaremos relacionar os paradigmas hegemônicos e as condições de trabalho por eles produzidas com as condições de saúde do Professorado, e assim tentar entender que relações existem entre a precarização do trabalho e o adoecimento do professorado.

Tal metodologia será apoiada na análise das políticas regulatórias do trabalho docente desenvolvidas pelo Governo Paulista e nos estudos elaborados pelo Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (APEOESP), bem como no levantamento de dados próprios à realidade de Ourinhos a partir da análise 7 de Entrevistas qualitativas com professores da rede estadual e de 73 questionários objetivos acerca da saúde dos professores.

1 - NEOLIBERALISMO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA

1.1 - O Estado Neoliberal – Panorama Geral.

O surgimento do Estado neoliberal é um processo histórico que se inicia após a crise da acumulação Fordista, e vem com o objetivo de reestimular a acumulação de capital que estava em crise. As bases centrais desse novo modelo de Estado se apoiaram nas ideologias liberais e suas consequentes práticas de mercado.

As transformações econômicas processadas no decurso das décadas de 1970 – 1980 nos países desenvolvidos e até mesmo antes no Chile, (re)lançaram as bases de uma ideologia que serviu para modificar a forma como o Estado atua na economia e em outras esferas da Sociedade com o intuito de atender aos interesses da classe detentora dos meios de produção. Seu propósito central era o de “preparar as bases de um outro tipo de capitalismo, duro e livre de regras para o futuro” e atacar as conquistas da classe trabalhadora que se processaram no pós-guerra. (ANDERSON, 1995, p.9)

O Resgate das ideologias liberais e a aplicação de seu receituário, no que respondia pelo nome de “neoliberalismo” vai ser colocado como lugar comum nas diretrizes do pensamento e da administração econômica de diversas áreas do mundo. E terá como expoentes teóricos Milton Friedman e Friedrich Hayek. Para tais pensadores apenas a lei do livre-mercado poderia elevar as condições de vida da população, e para tal objetivo, o Estado de bem-estar deveria cessar com suas intervenções na economia e no mercado. Atribui-se assim “ao Estado o papel de promotor de condições positivas à competitividade individual e aos contratos privados, chamando atenção para os riscos decorrentes da intervenção estatal”. (FRIEDMAN apud HÖFLING, 2001. p. 37)

Para Harvey (2012):

O Neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de garantir, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também estabelecer as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir a direitos de propriedade individuais e para assegurar, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. *Além disso se não*

existirem mercados (em áreas como a terra, a água, a instrução, o cuidado de saúde, a segurança social ou a poluição ambiental), estes devem ser criados, se necessário pela ação do Estado. Mas o Estado não deve se aventurar para além dessas tarefas. As intervenções do Estado nos mercados (uma vez criados) devem ser mantidas num nível mínimo, porque, de acordo com a teoria, o Estado possivelmente não possui informações suficientes para entender devidamente os sinais do mercado (preços) e porque poderosos grupos de interesse vão inevitavelmente distorcer e viciar as intervenções do Estado (particularmente nas democracias) em seu próprio benefício. (HARVEY, 2012, p. 12 grifo nosso).

Nesse sentido, as práticas propostas pela ideologia neoliberal dependem de uma intensa mercantilização das relações humanas, em todos os âmbitos possíveis, já que para tal discurso a lógica do mercado e das trocas econômicas é capaz de elevar o padrão de vida dos indivíduos a partir da livre-concorrência. Tal discurso é transposto dos cenários econômicos e passa a ser incorporado, ou imposto, como uma nova ética a ser seguida por todos.

Reside aí uma contradição, uma vez que prega a minimização do Estado, o neoliberalismo não abolirá sua atuação. Muito pelo contrário, em algumas áreas a intervenção estatal é bem-vinda, para criar, estimular e manter mercados e novas possibilidades de investimento e acumulação. Uma vez atendida essa função, o Estado deve novamente se reduzir a um mero facilitador da livre circulação de capitais, mesmo em serviços públicos essenciais.

Após uma série de experimentos econômicos que tomaram parte nas décadas seguintes à 2ª Guerra Mundial, como a experiência chilena na década de 70, e o Estado de bem-estar social nos países avançados, o mundo capitalista mergulhou na neoliberalização a partir de uma base de desenvolvimento desigual parcial e assimétrico, que veio a se concretizar em 1990 com o “Consenso de Washington”⁴ que servia como estímulo a implantação do modelo neoliberal já em curso especialmente nos países em desenvolvimento.

Assim, as teses neoliberais, absorvem e são absorvidas no desenvolvimento recente do capitalismo, retomando as teses clássicas liberais do “menos estado e mais mercado” (HÖFLING, 2001) e buscam aplicá-las no conjunto do Estado e dos Governos.

4 Para maiores informações acerca do tema, consultar “O CONSENSO DE WASHINGTON: A visão neoliberal dos problemas latino-americanos” de Paulo Nogueira Batista. Disponível em: http://www.fau.usp.br/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0270/4dossie/nogueira94/nog94-cons-washn.pdf

Voltadas fundamentalmente para a crítica às teses de Keynes (1883-1946), que inspiraram o Estado de Bem-Estar Social, defendem enfaticamente as liberdades individuais, criticam a intervenção estatal e elogiam as virtudes reguladoras do mercado. Estas ideias ganharam força e visibilidade com a grande crise do capitalismo na década de 1970, apresentadas como possíveis saídas para a mesma.(HÖFLING, 2001, p.36).

Para Harvey (2012), a guinada neoliberal se configura como uma ofensiva de classe, uma vez que visava a retomada da acumulação de capital e o desmantelamento do poder do trabalho organizado e dos benefícios conquistados pela classe trabalhadora no pós-guerra. Para tal empreitada, a privatização de setores inteiros da economia é uma estratégia levada a cabo tanto em países desenvolvidos como a Inglaterra de Thatcher e os Estados Unidos de Reagan, como em países subdesenvolvidos, como o Chile e o Brasil. Vale ressaltar que, em cada caso, diferentes contextos e estratégias de neoliberalização foram utilizadas e estas vão desde a atuação de um braço forte do Estado (como o caso Britânico, o Golpe militar no Chile) até ações que visavam reduzir o papel do Estado em si, no cumprimento de suas funções essenciais (privatizações e desregulamentação financeira).

Nesse sentido, a discussão acerca do papel do Estado na Gestão de suas políticas públicas e sociais se insere nesse contexto e apresenta um dos elementos que permitem compreender mais a fundo a ideologia reinante nesse período e suas consequências para a sociedade. Como aponta Höfling (2001):

As políticas sociais – e a educação – se situam no interior de um tipo particular de Estado. São formas de interferência do Estado, visando a manutenção das relações sociais de determinada formação social. Portanto, assumem “feições” diferentes em diferentes sociedades e diferentes concepções de Estado. É impossível pensar Estado fora de um projeto político e de uma teoria social para a sociedade como um todo. (HÖFLING, 2001, p.32).

Assim, para entender como atua, ou não, o Estado, deve-se situá-lo em seu processo histórico e em uma formação social específica. No processo de consolidação do neoliberalismo como ideologia reinante foi necessário a consolidação de uma forma de Estado que atendesse aos desígnios da classe dominante em questão, o resultado não é de se estranhar foi uma forma incongruente de Estado.

O papel do Estado no neoliberalismo é, como aponta Harvey, o de uma “forma política instável e contraditória” (HARVEY, 2012 p.75). Deve atuar como facilitador da circulação de mercadorias e capitais, reduzindo todas e quaisquer barreiras que impeçam a fluidez e a competitividade do mercado global, defendendo assim os direitos individuais. Em outra perspectiva, a democracia pode até mesmo ser interpretada como um entrave ao direito de propriedade e pode em alguns casos ser desconsiderada. Em outros momentos, pode atuar como um agente que estimula, ou até mesmo, cria mercados e novas possibilidades de acumulação.

Esse paradoxo de passividade e atividade na atuação do Estado revela o descompasso entre a Teoria e a Prática do Estado Neoliberal e é um dos elementos que mais torna evidente o caráter classista da ofensiva neoliberal e de suas falhas processuais em garantir os direitos de maiorias excluídas do Sistema. Como demonstra Anderson (1995):

Tudo que podemos dizer é que este é um movimento ideológico, em escala verdadeiramente mundial, como o capitalismo jamais havia produzido no passado. Trata-se de um corpo de doutrina coerente, autoconsciente, militante, lucidamente decidido a transformar todo o mundo à sua imagem, em sua ambição estrutural e sua extensão internacional. (ANDERSON, 1995, p. 12).

O trabalho explorado no período fordista, baseado na especialização e elevada divisão de funções, não mais atendia às demandas da economia mundial, marcada pela fluidez e flexibilidade e, conseqüentemente, fez-se necessária uma nova forma de organização do trabalho e, obviamente, um novo trabalhador que pudesse ser explorado também de forma flexível e fluida.

Tais transformações em escala mundial forçaram uma adaptação das diversas economias nacionais e suas infra-estruturas (saúde, educação, transportes, etc.); as tradicionais finalidades tanto do Estado quanto da própria educação são invertidas, pervertidas pela lógica de mercado. Como afirma Souza (s/d):

Uma das grandes operações estratégicas das práticas neoliberais consiste em transferir a educação da esfera pública para a esfera do mercado. Entretanto, como projeto econômico, o neoliberalismo se inscreve na lógica de continuidades e rupturas que caracterizam as formas históricas de dominação nas sociedades capitalistas. Destarte, com a hegemonia da doutrina neoliberal, temos uma proposta de reforma do próprio Estado que busca reduzir seu papel intervencionista na economia e nos setores sociais para se tornar um estado gestor que carrega em si a racionalidade das empresas capitalistas. (SOUZA, p.6 s/d.).

A reestruturação produtiva e a guinada neoliberal começam a acontecer no Brasil, a partir dos anos 80, com as primeiras aberturas para o mercado externo. Nesse panorama, a formação de trabalhadores passa a se constituir uma preocupação dos agentes desse processo, já que a suposta desqualificação da mão-de-obra passa a se constituir um problema para a modernização das estruturas produtivas (GONZÁLEZ; SALLES, 2008).

Mais precisamente, com as eleições de Tancredo Neves e José Sarney em 1985 aprofunda-se o processo de (re)construção do Estado brasileiro sob um novo modelo, e as preocupações centrais desse novo modelo de Estado são claras: a inserção do modelo neoliberal de administração. Com Fernando Collor, em 1989, Itamar Franco, em 1992, e Fernando Henrique Cardoso a partir de 1995, constitui-se um cenário que reúne condições políticas mais favoráveis à criação das bases para a implantação desse modelo, reproduzido até os dias de hoje.

Entendendo a educação como um elemento central na sociedade capitalista, e verificando o processo de globalização e reestruturação produtiva que se aprofundava, a educação continua a se configurar como um campo de atuação de extrema rentabilidade ao capital, e de extrema importância à concretização de um projeto societal neoliberal. A partir destas noções, faz-se necessária uma reflexão sobre a atuação do projeto neoliberal na educação pública.

1.2 - Implicações para a Educação sob a Égide neoliberal, o caso do Estado de São Paulo.

Com a expansão do neoliberalismo pelo mundo e com a construção de um consenso de que tal forma de administração econômica poderia restabelecer a lucratividade do capital, muitos países passaram a aplicar o receituário proposto por Friedman e Hayek, na consolidação de um projeto societal classista. Não se trata apenas de uma questão de abordagem, a implantação do Estado neoliberal precisou de concepções metodológicas, (pré)conceitos e concepções de sociedade condizentes com o referido projeto: a defesa dos direitos individuais e a mercantilização de todas as relações humanas possíveis.

O ataque a setores como a Educação, a Assistência Médica e Social, as

Universidades se deu também a partir de um plano ideológico no qual o ideário da responsabilidade pessoal, do individualismo e do livre-empresendedorismo serviriam como base para justificar a redução das obrigações do Governo e diminuir o papel do Estado ao de mero “regulador” de mercado (ainda que apenas no discurso, em alguns casos). O direito à propriedade é garantido, porém os fracassos e sucessos em obter melhores condições de acesso ao consumo são julgados sob o prisma de falhas pessoais como a falta de empreendedorismo ou de capital-humano (formação educacional).

Como aponta Höfling (2001):

Para os neoliberais, as políticas (públicas) sociais – ações do Estado na tentativa de regular os desequilíbrios gerados pelo desenvolvimento da acumulação capitalista – são consideradas um dos maiores entraves a este mesmo desenvolvimento e responsáveis, em grande medida, pela crise que atravessa a sociedade. A intervenção do Estado constituiria uma ameaça aos interesses e liberdades individuais, inibindo a livre iniciativa, a concorrência privada, e podendo bloquear os mecanismos que o próprio mercado é capaz de gerar com vistas a restabelecer o seu equilíbrio. Uma vez mais, o livre mercado é apontado pelos neoliberais como o grande equalizador das relações entre os indivíduos e das oportunidades na estrutura ocupacional da sociedade. (HÖFLING, 2001, p.37).

A partir dessa concepção de atuação do Estado nas suas políticas públicas, o neoliberalismo passa a ser incorporado também nas mais diversificadas esferas, e propõe como cerne de sua ideologia a implementação dos mecanismos de mercado e da defesa dos direitos individuais.

Nesse sentido, a relação entre trabalho e educação passa a ser um elemento ainda mais importante para o adequado funcionamento do sistema, e a “reforma educacional”, em todos os níveis, mas, principalmente na educação básica se torna um pré-requisito aos países em desenvolvimento, como o Brasil, que desejam atingir o status de “países desenvolvidos” (FRIGOTTO, 1998).

De acordo com Frigotto e Ciavatta (2003), tais reformas tiveram sua origem no centro do sistema e são organizadas por entidades supranacionais vinculadas ao mercado internacional, tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BIRD), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A própria Organização Mundial do Comércio (OMC) aponta, em 2000, a educação como um

dos campos mais férteis e rentáveis ao capital.

Essas “reformas” são incorporadas nas políticas educacionais brasileiras e são justificadas, pelos liberais, graças ao fato de que a escola não ser plenamente regulada pelos princípios do livre mercado. Logo, o novo modelo de ensino passa a absorver características empresariais que corroborem com as demandas do grande capital, onde a diversidade de competências, o investimento no “capital humano” e a empregabilidade passam a ser o carro-chefe da formação do cidadão brasileiro.

Essa ótica aplicada à educação se faz presente desde os governos de Fernando Henrique Cardoso, no âmbito Federal, e de Mario Covas, no governo estadual paulista iniciado em 1995. Nesse referido período, serão aplicadas diversas estratégias de reformas educacionais, com o apoio de agências supranacionais ligadas ao capital externo (BIRD, BID, UNESCO, UNICEF etc.).

Como aponta Sanfelice (2010):

A continuidade dos governos tucanos no Estado de São Paulo tem viabilizado uma certa política educacional na qual, do governo Covas ao governo Serra, há um projeto em execução: formar cidadãos competitivos que tenham conhecimentos e destrezas para participarem da vida pública. Para tal objetivo o currículo atual torna-se a cartilha do professor. (Sanfelice, 2010, p. 156).

O Estado de São Paulo, a partir de 1995 e em toda a primeira década do Século XXI, até o presente momento, durante os sucessivos mandatos do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), aplicará o receituário neoliberal de uma forma bastante aprofundada, com resultados bastante perceptíveis no que diz respeito a forma de organização da rede pública e do trabalho nela realizado.

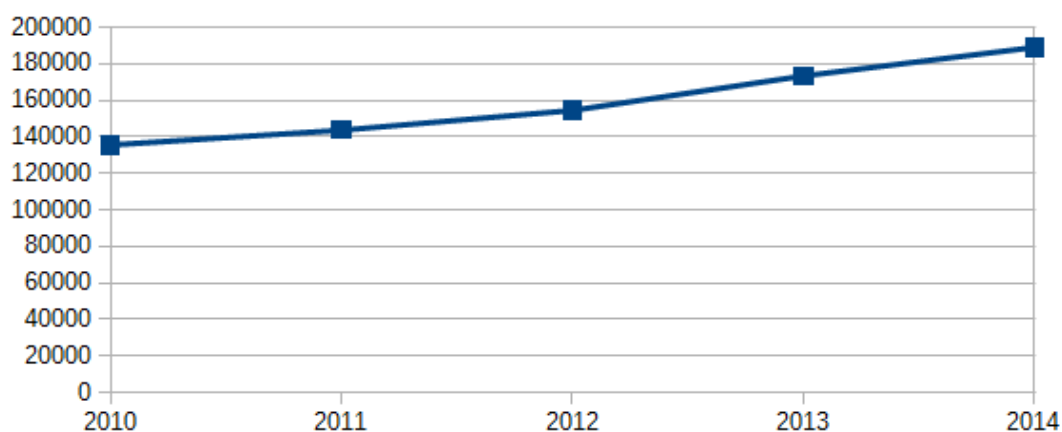
A maior inserção na economia mundializada serve para justificar uma reestruturação curricular que visa atender as necessidades desta nova fase da acumulação de capital e do modelo de desenvolvimento econômico. Assim, as diretrizes curriculares apresentadas pelos sucessivos governos do PSDB, bem como outras políticas de administração da educação pública revelam um grande alinhamento com as tendências apresentadas, como será aprofundado adiante.

Além dos aspectos ideológicos, há também elementos administrativos que se fazem presentes na atuação do Estado, e mais precisamente nos repetidos governos. A redução dos gastos e investimentos em políticas públicas do Estado é levada adiante apoiada na ideologia neoliberal e serve para justificar a diminuição do

papel do Estado na prestação de serviços à população.

Gráfico 1: Evolução das Receitas do Estado de São Paulo - 2010 a 2014

Valores Nominais (em Milhões de R\$)

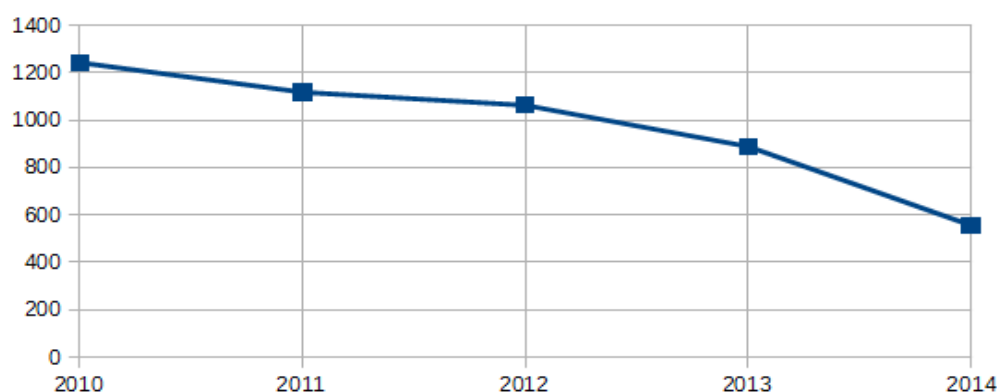


Fonte: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional, 2014 - Org. BERNARDES, 2014

A análise do Gráfico 1, demonstra uma evolução crescente das receitas do Estado de São Paulo nos últimos quatro anos, um crescimento de 39,45% se compararmos as receitas de 2010 e 2014. Por outro lado, a análise do montante destinado a investimentos em Educação (Gráfico 2) demonstra um cenário oposto, nos mesmos quatro anos a redução de investimentos na Educação chega a 53,67% se comparados os investimentos de 2010 (1.243 bilhões de R\$) e de 2014 (556 milhões de R\$) separadamente. A queda nos investimentos de 2013 para 2014 foi de 37,5%.

Gráfico 2: Evolução das Despesas com Investimento em Educação 2010 - 2014

(em Milhões de R\$)



Fonte: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional, 2014 - Org. BERNARDES, 2014

As consequências do cenário exposto apenas para os últimos quatro anos podem ser demonstradas nas condições atuais de trabalho dentro das escolas, uma vez que a ausência de investimento acaba por definir uma política de sucateamento da educação, justificada pela redução do papel do Estado na prestação de serviços públicos e da redução de gastos com serviços essenciais à população. Ademais, na Tabela 1, a presença de um grande contingente do total de Professores no Estado (49,5%) em situação não efetiva de emprego revela um quadro de extensa precarização e flexibilização do trabalho dentro da Educação Pública de São Paulo. Se analisarmos cada categoria separadamente o quadro se complexifica, uma vez que os Professores de Educação Básica I (PEB I) são compostos em sua grande maioria por profissionais em condições flexíveis de emprego (67% do total). Para os Professores do Ensino fundamental II e Médio (PEB II) os contratos não efetivos chegam a 44% do total.

Tabela 1 – Contingente de docentes no Estado de São Paulo – Agosto de 2013					
Atuação	Efetivos	%	Não Efetivos	%	Total por Cargo
PEB I	21530	33	42161	67	63691
PEB II	96232	56	73204	44	169436

Fonte: CGRH, 2013

Org. BERNARDES, 2014

A adoção de uma nova Proposta Curricular também nos fornece pistas bastante concretas a respeito das orientações políticas neoliberais dos Governos do

PSDB, e se estendem ao trabalho docente com inúmeros mecanismos de controle e “avaliação” dos profissionais, em mais uma das facetas da precarização que atinge diretamente a autonomia do docente em sala de aula.

Como definido no próprio Currículo do Estado de São Paulo:

O Currículo se completa com um conjunto de documentos dirigidos especialmente aos professores e aos alunos: os *Cadernos do Professor* e *do Aluno*, organizados por disciplina/série(ano)/bimestre. Neles, são apresentadas Situações de Aprendizagem para orientar o trabalho do professor no ensino dos conteúdos disciplinares específicos e a aprendizagem dos alunos. Esses conteúdos, habilidades e competências são organizados por série/ano e acompanhados de orientações para a gestão da aprendizagem em sala de aula e para a avaliação e a recuperação. Oferecem também sugestões e estratégias de trabalho para as aulas, experimentações, projetos coletivos, atividades extraclasse e estudos disciplinares. (SEE-SP, 2010, p.8).

Dentre as características dessa diretriz neoliberal destaca-se a adoção de um currículo único e fechado, a utilização de um material instrucional padronizado para todo o Estado de São Paulo e o acompanhamento dos resultados por supervisão cerrada através de diversas avaliações internas e externas, tais como o SARESP (Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo).

Para além disso, os resultados das avaliações são usados pelo Governo como critério para concessão de vantagens salariais (bônus) e segregações setoriais dentro da categoria docente (OFA, Categoria F e O), utilizando o incentivo monetário como forma de estimular o aumento da produtividade do trabalho e da implementação da referida Proposta Curricular e reforçar na subjetividade do trabalhador as noções de individualidade e meritocracia tão caras à ideologia neoliberal.

Ademais, nota-se a presença constante da avaliação da aprendizagem a partir dos conceitos de competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos alunos. No intuito de tornar a aprendizagem uma espécie de “ofício” a ser desenvolvido pelo aluno no seu preparo para o ingresso no mundo do Trabalho do século XXI (SEE-SP, 2010).

Para Sanfelice (2010):

No mais, a política educacional do Estado de São Paulo vem se caracterizando por empreendimentos pontuais, nem sempre duradouros, de efeitos midiáticos e de duvidosos resultados qualitativos. Os profissionais da educação da rede pública que

trabalham hoje com contratos precários, os baixos salários quando comparados nacionalmente e a ausência de um Plano Estadual de Educação são questões essenciais, não solucionadas pelos últimos governos, que comprometem profundamente o trabalho docente, a aprendizagem do aluno e o papel de um Estado educador. (SANFELICE, 2010, p. 153).

Nesse sentido, a aplicação da ideologia neoliberal se apresenta de inúmeras formas: a adoção de um currículo fechado para toda a rede; a flexibilização das relações de trabalho dentro da escola (subcontratação de docentes e de outros serviços estruturais), a abertura a investimentos de ordem privada dentro da rede pública, a municipalização de setores inteiros de ensino (anos iniciais do ensino fundamental).

Assim, o Estado brasileiro e, mais especificamente, o Governo do Estado de São Paulo deixa de cumprir sua função essencial de zelar e administrar serviços básicos à população e se torna um grande representante dos objetivos e demandas do capital internacional, privilegiando as relações de troca em todas as esferas sociais.

Tais modificações alteram, por sua vez, o trabalho docente que passa a ser regulado e que apoiam o pensamento neoliberal, por

...avaliações externas, dificultando e impedindo o processo emancipatório, cabendo ao professor o papel de mero aplicador de receitas prescritas por “intelectuais” da educação compromissados com as reformas neoliberais e as políticas homogeneizadoras. (FIAMENGUI, 2009, p.18).

A partir desse panorama de neoliberalização do Estado e de suas estruturas e das consequências desse processo para a Educação Pública, podemos iniciar a reflexão acerca dos impactos do modelo neoliberal de Estado sobre o trabalho docente. Partindo do princípio de que a ação docente configura um campo de extrema importância nesse cenário por duas razões. Primeiramente: “O trabalho docente deve ser compreendido como qualquer tipo de trabalho constitutivo da dinâmica da produção e reprodução social circunscrita às formações sociais capitalistas” (GONZÁLEZ; SALLES, 2008, p.221). E em segundo lugar: “O trabalho docente é essencial para a escolarização dos indivíduos na sociedade Capitalista” (GONZÁLEZ E SALLES, 2008, p.221).

Uma vez apoiada ideologicamente pelo neoliberalismo, a ofensiva do Capital

sobre a Educação e seus profissionais pode se configurar em uma tentativa de aprofundar a submissão do processo pedagógico, o convívio escolar e o próprio Currículo aos ditames do livre-mercado. Essa territorialização se efetiva entre outros pontos, na formação do aluno voltada para o mercado de trabalho globalizado, ponto resgatado constantemente na Proposta Curricular vigente, e para tal contribui a metodologia engessada presente nos materiais propostos.

Para a estratégia de territorialização neoliberal levada a cabo a partir de relações de poder que se expressam de formas (i)materiais (SAQUET 2007), a precarização do trabalho docente pode ser colocada como um aspecto imprescindível, pois a formação do trabalhador que é efetivada na educação formal assume a função de reproduzir esse modo de produção.

De acordo com Carvalho (2004):

...a formação profissional deve ocorrer segundo as necessidades do capital, portanto, de forma a manter apenas parcial o conhecimento do trabalhador sobre o processo de trabalho. Caso contrário, com uma formação profissional que proporcione o conhecimento pleno para o trabalhador de todo o processo produtivo o levará o trabalhador a ter no próprio trabalho a fonte da construção deste conhecimento, tornando-se independente do capitalista, o que provocará a perda deste do controle do processo de produção. (CARVALHAL, 2004. p.261).

Nesse sentido, a situação encontrada nas escolas públicas estaduais no município de Ourinhos também se inserem no contexto exposto, uma vez que estão sujeitas à políticas propostas pelo Governo Estadual, e podem servir de base para o entendimento da dinâmica do trabalho nas escolas e as condições às quais os trabalhadores são sujeitos a exercer sua função.

2 - O TRABALHO DOCENTE NO ENSINO ESTADUAL BÁSICO E SUAS FACETAS

2.1 - A precarização do trabalho no mundo contemporâneo

A partir da compreensão do processo que aprofundou as práticas neoliberais no Brasil, e mais precisamente no Estado de São Paulo, pode-se analisar as diversas facetas do Trabalho Docente e de sua degradação na Rede Estadual Paulista. Para tal, pode-se comparar o trabalho docente com outras formas de trabalho, na maioria dos aspectos.

Para Marx (2010):

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, afim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida. Ao atuar por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio domínio. (MARX, 2012, p. 211).

Para Kuenzer (1998), o trabalho pode ser entendido como qualquer prática humana, material e não material, que tem como objetivo a criação das condições de existência da sociedade e que, portanto não se resume apenas a produção de mercadorias. Nesse ponto pode-se entender que, assim como outras categorias de trabalho, a docência também se insere nesse conjunto de produção social historicamente determinado.

No capitalismo, de acordo com Marx (2006), o próprio Trabalho e a Força de Trabalho são tratadas como uma mercadoria, vendida pela classe trabalhadora em troca de outra mercadoria universal, o dinheiro, com o qual é possível ao trabalhador adquirir os meios necessários à sua reprodução. O preço dessa mercadoria trabalho é definido pelos “custos necessários para manter o Operário e para fazer dele um operário”(MARX, 2006 p.44).

Seguindo essa lógica, o trabalho exercido pelo professor é acompanhado das mesmas variáveis, e deve incorporar o processo de formação profissional necessário a essa função. Essa relação deve, portanto, elevar o seu custo e, logo, o seu salário. No entanto, o que se presencia no meio de trabalho dos Docentes é

uma aguda precarização das condições de seu Trabalho. Nesse ponto faz-se necessária uma melhor contextualização da Precarização do Trabalho, e de que formas ela pode se manifestar concretamente, no mundo do trabalho.

A precarização do Trabalho é um processo que se agudiza no período de reestruturação produtiva do Capitalismo, nos idos da década de 70 e se estende até os dias presentes. Agudiza-se pois, para Antunes (1995), o Trabalho sempre foi precarizado no sistema Capitalista, e o que se processa no referido período é uma metamorfose do capital, possibilitando uma nova forma de organização da produção e da exploração do trabalho com efeitos positivos para a ampliação da acumulação.

Há nesse movimento a crescente redução de um lado do “operariado industrial e fabril; de outro aumenta o subproletariado, o trabalho *precário* e o assalariamento no setor de serviços” (Antunes, 1995. p.42). Em outras palavras, há uma heterogeneização do proletariado que complexifica a sua estrutura de gênero, a partir de uma maior incorporação da Mulher no mercado de trabalho, e a sua situação de emprego, com uma flexibilização sem precedentes das formas de exploração do trabalho humano.

Para Thomaz Jr. (2012):

Está-se diante, pois, dos rearranjos da ordem metabólica do capital em nível mundial, que adota as formas e procedimentos derivados/combinados do taylorismo-fordismo para o toyotismo, bem como outras formas de organização do processo de trabalho que impactam diretamente na diminuição do operariado industrial tradicional, na expropriação de milhões de camponeses, no aumento crescente da legião de desempregados, na profunda redefinição do mercado de trabalho. (THOMAZ JR., 2012 p.10).

Assim podemos entender a precarização do Trabalho como um fenômeno que tem relação com a prática de mediação entre o Capital e o Trabalho e que assume diferentes formas e processualidades de acordo com o desenvolvimento histórico do modo de produção vigente. No presente momento, a precarização se faz presente em uma ofensiva sobre os direitos trabalhistas conquistados nas décadas anteriores a 1970.

Como aponta Reis (2008), três elementos são de grande importância para que se possa caracterizar a precarização do Trabalho:

a) a subtração de direitos fundamentais dos trabalhadores cooptados nas espécies de trabalho flexibilizadoras; b) a fragmentação da

classe trabalhadora, devido a perda do poder organizacional coletivo (sindicalização); e c) a degradação do meio ambiente de trabalho... (REIS, 2008 s/p).

A partir disso podemos definir a precarização do trabalho como uma ofensiva de classe que, amparada por ideologias hegemônicas, degradam e reduzem as condições de trabalho a partir da flexibilização dos direitos trabalhistas e das formas de contrato, com destaque para a informalidade e a subcontratação do emprego. Como finalidade e resultado se desenvolve uma fragmentação da classe trabalhadora, agora cada vez mais pluralizada em suas manifestações, sendo a consequência desse processo a perda de seu poder de organização sindical e de seu poder de negociação por melhores condições de trabalho. E como uma consequência geral há uma degradação profunda das condições e do próprio ambiente onde se desenvolve o trabalho, com resultados visíveis a saúde e a reprodução dos trabalhadores. Todo esse processo se desenvolve com o objetivo de extrair maiores taxas de lucro e produtividade a partir da precarização do trabalho, e ampliar a acumulação de capitais, ou reduzir os custos com trabalho vivo em escala global.

Nesse sentido, o Trabalho Docente, mesmo não produzindo efetivamente mercadorias, apresenta diversas características que permitem afirmar sua precarização, e suas consequências para os professores, uma vez que a educação não ficou excluída do processo de reestruturação produtiva e dos paradigmas neoliberais, e passa a cumprir para esse mesmo processo um papel fundamental.

O Professor, é nesse processo o profissional que tem como elemento central do seu trabalho o Ensino e a avaliação do mesmo, e tem como resultado então um produto de natureza imaterial que resume em si a humanidade produzida a partir do rol de conhecimentos acumulados ao longo da história da humanidade, como aponta Saviani (2008 apud Costa, 2009):

Trata-se aqui da produção de idéias, conceitos, valores, símbolos, hábitos. Numa palavra, trata-se da produção do saber, seja do saber sobre a natureza, seja do saber sobre a cultura, isto é, o conjunto da produção humana. Obviamente, a educação situa-se nessa categoria de trabalho não material. (SAVIANI, 2008 apud Costa, 2009 p.60).

Para que o trabalho cumpra sua função no sistema capitalista, ele se torna cada vez mais abstrato, mais alienado e estranhado; e já que o trabalho docente se

insere nesse sistema, não é de se espantar que o estranhamento, a abstração e a alienação do trabalho também atinjam essa categoria de trabalhadores. No âmbito do neoliberalismo, a educação passa a ser incorporada mais profundamente como um nicho de mercado, e precisa ser regulada por mecanismo mercadológicos.

2.2 - A precarização do Trabalho Docente na rede Estadual de São Paulo, análise a partir de Ourinhos – SP.

2.2.1 Caracterização Geral da Diretoria de Ensino Região de Ourinhos e dos professores

O Estado de São Paulo conta com aproximadamente 230 mil docentes, dos quais uma boa parcela se encontra em situação de contratação Temporária, uma análise mais profunda acerca das condições de trabalho concretas dos professores da rede estadual de São Paulo pode revelar uma situação de elevada precariedade. A região abrangida pela supervisão da Diretoria de Ensino de Ourinhos abrange 30 escolas estaduais, distribuídas em 12 municípios, sendo que apenas no município de Ourinhos existem 12 escolas estaduais.

O universo analisado por este trabalho, diz respeito aos docentes empregados pela Secretaria da Educação do Estado de São Paulo, mais especificamente os professores que exercem seu Trabalho na Cidade de Ourinhos – SP. Vale ressaltar que as análises das condições de Trabalho e Saúde, bem como o perfil dos professores, foram produzidos com base em dados disponíveis da Coordenadoria de Recursos Humanos do Estado de São Paulo (CGRH); dados produzidos pelo Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo e parcerias realizadas pela Associação em questão; e levantamentos realizados a partir de entrevistas qualitativas e questionários aplicados em seis Escolas Estaduais da cidade de Ourinhos – SP.

De acordo com dados da Coordenadoria de Recursos Humanos do Estado de São Paulo, a diretoria Regional de Ourinhos, conta com 1324 profissionais, desse total, 42% é composto por professores não efetivos (Tabela 2).

Tabela 2 – Diretoria de Ensino de Ourinhos - SP		
	Total por categoria	% do Total
Efetivos	758	58
Categoria F	299	22
Categoria O	267	20
Total	1324	100

Fonte: CGRH, 2013

Org. BERNARDES, 2014

Tal proporção condiz com a apresentada pela Tabela 1, e coloca a subcontratação dos Docentes em patamares semelhantes, se comparadas as proporções locais⁵, com as de escala Estadual. Se analisarmos a divisão dos professores de acordo com o Gênero (Tabela 3), podemos inferir que há uma grande maioria de mulheres na função Docente, e são também maioria nas funções não efetivas.

Tabela 3 - Categorias Docentes: Sexo x Categoria (Diretoria de Ourinhos – SP)			
Feminino		Masculino	
Efetivos	Não Efetivos	Efetivos	Não Efetivos
576	460	182	117

Fonte: CGRH, 2013

Org. BERNARDES, 2014

Os elementos expostos acima servem de base para a compreensão da situação vivenciada pelos professores da rede estadual que atuam nas escolas de Ourinhos, e também para que se possa estabelecer ligações entre as condições locais e as gerais, uma vez que as políticas educacionais se estabelecem em escala Estadual.

2.3 - Alienação, estranhamento e Flexibilização do trabalho docente, faces do trabalho precarizado.

Como analisado anteriormente, para que o Trabalho cumpra sua função de agregar valor, e em larga escala de se tornar mais produtivo, mecanismos de controle sobre o trabalho se desenvolvem e atuam com o intuito de extrair cada vez mais valor de um determinado trabalho ou torná-lo mais produtivo, e assim, ampliar as possibilidades de lucro. No caso do trabalho docente, sua função passa a ser

5 A Diretoria de Ensino da região de Ourinhos abrange um total de 12 cidades, sendo que apenas na cidade de Ourinhos, existem 12 Escolas Estaduais.

formar trabalhadores para atuar no sistema produtivo e assim manter a ordem geral da produção.

O trabalho docente não foge a essa situação e conta com mecanismos de degradação que são bastante variados, produzindo um quadro de precarização do ensino que se manifesta com uma grande crueldade sobre os trabalhadores da educação. Tais mecanismos acabam por gerar cada vez mais alienação e estranhamento. Somando-se à noção de fragmentação e flexibilização do emprego, presente nas diversas categorias docentes, a classe docente se vê colocada em uma situação de grande fragilidade e perda de direitos.

O paradigma neoliberal quando aplicado à Educação Pública tem severas consequências uma vez que:

Impõe-se ao professor que atue a partir de seu enquadramento numa escola pautada pela lógica das relações mercantis, em que ele enfrenta na sala de aula as consequências de políticas educacionais que concorrem para a deterioração da escola pública e sua privatização (COSTA, 2009 p.61).

Ademais, a prática desse paradigma de Estado, faz com que surja uma faceta contraditória da Educação Pública. Em determinados momentos, o Estado se eximirá de suas responsabilidades em favorecimento da iniciativa privada, e passará a atribuir aos próprios docentes a culpa pelos resultados negativos da degradação do ensino público.

De acordo com Costa (2009):

Estabelece-se no sistema escolar a dialética da descentralização e da centralização, segundo a qual, por um lado, se tem um Estado que descentraliza a responsabilidade sobre as Tarefas de prover a educação escolar, fazendo uso de fontes privadas de financiamento e, por outro lado, se assume uma posição centralizadora no estabelecimento das normas do funcionamento e avaliação dos resultados (COSTA, 2009 p.61).

Outro aspecto levantado por Fiamengui (2009), diz respeito à retirada de autonomia do corpo docente e das unidades escolares em um planejamento pedagógico eficiente, já que as regras estabelecidas na educação pública do estado de São Paulo se estabelecem de forma autoritária sem qualquer preocupação com a essência do trabalho educativo (DIAS-DA-SILVA E FERNANDES, 2006 apud FIAMENGUI, 2009), contém uma retórica autonomista aliada a uma prática contraditória e excludente.

A utilização de bonificações por mérito instituída em 2008 pela Lei Complementar Nº 1078, durante o Governo Serra demonstra o caráter meritocrático da avaliação dos resultados obtidos pelos docentes e reforça ainda mais a alienação do Trabalho, uma vez que o docente passa a ter a sua autonomia de trabalho e a avaliação de seus resultados tomados de si, em função de uma bonificação salarial que acaba, em termos gerais reforçando a competição entre os docentes.

De acordo com o Texto da referida Lei, pode-se notar as facetas dessa alienação, em especial quando se estabelece os critérios para o pagamento das bonificações, como aparece no Artigo 3º, “a Bonificação por Resultados - BR será paga na proporção direta do cumprimento das metas definidas para a unidade de ensino ou administrativa onde o servidor estiver desempenhando suas funções” (SÃO PAULO, 2008).

Ademais, a alienação do Trabalho Docente se processa a partir de mecanismos de controle e avaliação muito bem amarrados entre si, a partir as notas do IDESP (Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo) e do SARESP e visam submeter os professores à avaliações constantes de desempenho a partir do rendimento de seus alunos e submetê-las a bonificações financeiras atreladas a esses parâmetros de avaliação.

Para Souza (2009):

O IDESP é um índice atribuído a cada escola, que oscila entre zero (quando nenhuma das metas pré-fixadas é atingida) e um (quando todas as metas são atingidas), tendo como quesitos fundamentais o desempenho dos alunos no SARESP – prova que avalia os alunos da rede pública estadual,... - e o índice de aprovação em cada série e escola. (SOUZA, 2009 p.120).

Quando questionado a respeito da relação de trabalho com o Estado de São Paulo, um professor da cidade de Ourinhos afirmou o seguinte:

O Estado manda, nós cumprimos, existe uma hierarquia. Dá pra negociar alguma coisa? Muito pouco, por que muitas coisas já vem prontas de cima. Hoje, mesmo sendo autoritário, existe um currículo que é seguido por todo o Estado. Em qualquer empresa se cumpre o que é determinado. Existe autonomia para acrescentar, mas devo cumprir o currículo, não posso mexer nele (Professor A).⁶

Tais elementos demonstram o aprofundamento das políticas de cunho

6 Informação Verbal obtida a partir de entrevista qualitativa com 7 professores na cidade de Ourinhos – SP.

neoliberal e a forma como elas são utilizadas para capitanear a educação pública e alienar o trabalho docente, reduzindo ainda mais o controle e a liberdade dos professores de exercer sua autonomia e alienando os frutos do trabalho educativo em favor de interesses hegemônicos. Como aponta Thomaz Jr. (2012), “a reestruturação produtiva do capital produz então, novas fragmentações no interior da classe e, conseqüentemente, novas identidades do trabalho estranhado” (THOMAZ JR, 2012 p.9).

O Docente passa então a ser privado do controle de seu próprio trabalho e o mesmo passa a se configurar como uma atividade sem sentido concreto para o profissional, sendo fetichizado, o que “significa dizer que sob o capitalismo o trabalho como atividade vital se configura como trabalho estranhado, expressão designativa de uma relação social encimada na propriedade privada, no capital e no dinheiro (THOMAZ JR. 2012 p.14).

Assim, não é muito difícil estabelecer paralelos nas condições de trabalho docente da rede estadual e os paradigmas mais recentes de exploração do trabalho no sistema capitalista, uma vez que:

Os professores são vistos socialmente como meros funcionários da escola, destituídos da liberdade da cátedra necessária para sua atuação como mediadores entre o conhecimento e as futuras gerações em formação e, por vezes, culpabilizados pelos problemas de seu local de trabalho (COSTA, 2009 p.65).

Corroborando com esse sentido de alienação a seguinte afirmação:

... o professor não pode ensinar o que quiser, como quiser, na ordem que achar a mais indicada para cada nível e modalidade de ensino, aplicando a avaliação do rendimento dos alunos da maneira que achar mais conveniente segundo seus conhecimentos técnicos, mas ensinar de acordo com imposições de políticas públicas para a educação que contrariam a própria natureza da atividade de ensino... (COSTA, 2009 p.75).

Além desse panorama de alienação do trabalho, nota-se na categoria docente uma tendência crescente de Flexibilização do Trabalho, com destaque a perda de direitos trabalhistas, trabalho sem estabilidade, arrocho salarial e pluralização dos professores em camadas com cada vez menos seguridade, como fica evidente no caso dos professores da Categoria F e O.

Os professores da “Categoria F” foram estabilizados no emprego pela Lei Complementar nº 1.010/2007, no entanto ainda não possuem estabilidade garantida

no que diz respeito a constituição de sua Jornada de Trabalho, recebendo um salário equivalente a 12 horas semanais, podendo ampliá-las de acordo com a disponibilidade de aulas na rede.

É chamado de “Categoria O” o professor contratado em regime temporário nos termos da L.C. 1.093/2009. A contratação do professor é feita após a aprovação do mesmo em um processo seletivo simplificado que visa cobrir as faltas de profissionais na rede estadual. Para fins previdenciários, esse professor fica vinculado ao INSS e sua assistência médica se dá pelo SUS, não pelo IAMSPE⁷ (Instituto de Assistência Médica ao Servidor Público Estadual). O contrato só pode ser feito quando houver necessidade da prestação do serviço e, no caso do magistério, isso se dá apenas após a atribuição de aulas e antes do término do ano letivo.

É uma forma de contratação que exime o professor de uma maior segurança no emprego, uma vez que seu contrato visa preencher lacunas que surgem na rede estadual, tanto em decorrência da necessidade de substituição de Professores Titulares Efetivos, como da constante falta de profissionais na rede de ensino. Os professores contratados nesse regime prestam serviço por no máximo 12 meses, sendo renovável por até mais doze meses. Em outras palavras, o Professor nessa situação de emprego não tem garantias de que poderá cumprir toda a vigência do contrato, uma vez que a regulação dos contratos é efetivada pelo Poder Executivo do Estado de São Paulo, e as rescisões de contrato não contam com indenizações para o Trabalhador.⁸

Nesse sentido, aflora aí mais uma faceta do paradigma neoliberal das últimas gestões do Governo do Estado de São Paulo, a tendência a reduzir custos com o pagamento dos Professores. A contratação Temporária exime o Estado do pagamento de diversos direitos trabalhistas aos professores temporários, e os deixa sob uma situação de fragilidade e insegurança sempre que os contratos se extinguem. É muito comum para essa Categoria o fato de não recebem salário nos meses que sucedem ao fim de seu contrato. Um dos professores da Categoria “O”

7 O acesso ao IAMSPE ainda não foi regulamentado pelo Governo de São Paulo, está em tramitação o Projeto de lei Complementar nº 3 / 2012 que dá o direito a esse benefício aos Professores Temporários.

8 Para maiores detalhes, consultar Lei Complementar nº 1.093/2009, o Decreto nº 54.682/2009 e o Projeto de Lei Complementar nº 34/2013.

revelou, durante a entrevista, uma situação delicada de precarização decorrente da flexibilização das relações de trabalho a qual estava submetido:

Estou há três meses sem salário por que meu contrato foi extinto no final do ano passado, como não tenho outra profissão acabo voltando pra sala de aula para cobrir a falta crônica de professores na rede, depois de cumprir a quarentena de 40 dias entre um contrato e o outro. O maior problema é que minha contas não param de chegar, o salário por outro lado uma hora não vem... (Professor B, contratado em regime Temporário há mais de três anos seguidos).⁹

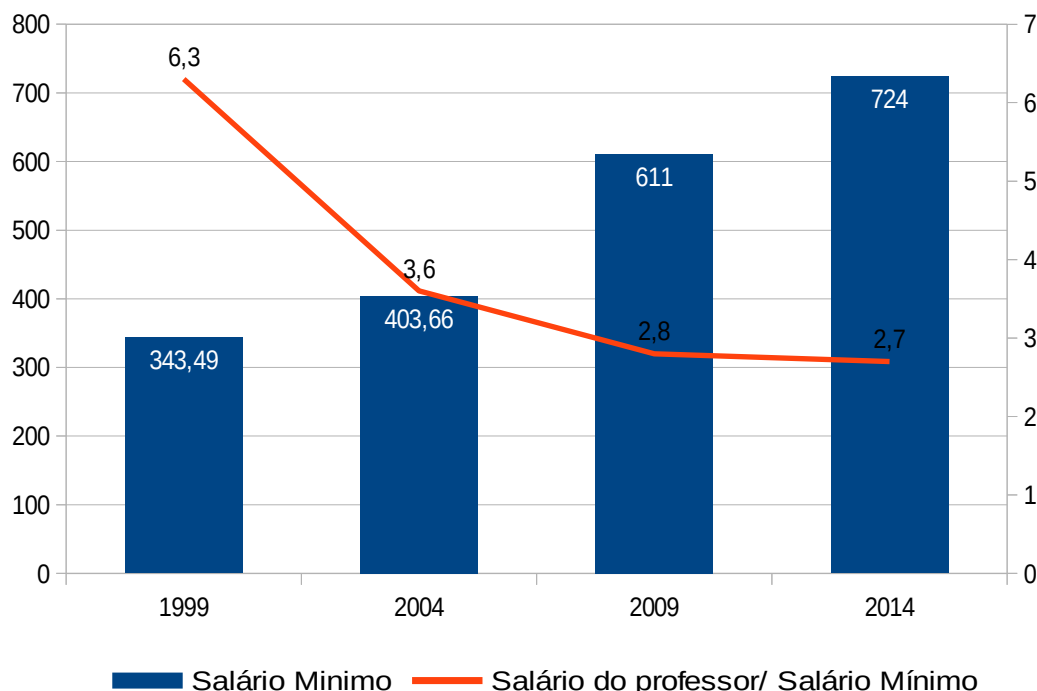
Essa condição fica mais agravada quando se nota que aproximadamente 50% do total dos docentes da rede pública do Estado de São Paulo é composta por profissionais em situação de contrato Temporário (vide **Tabela 1**). No caso da Diretoria de Ensino de Ourinhos, a situação não é muito diferente, uma vez que 42% dos professores alocados nessa região estão em regime de contrato Temporário (vide **Tabela 2**).

Assim, às formas de trabalho flexível, marcadas por uma quebra drástica dos direitos trabalhistas, como é o caso das contratações temporárias (Categorias “F” e “O”), acrescenta-se um outro elemento de flexibilização e precarização do trabalho: as perdas salariais e o processo de desvalorização da profissão docente.

Para Souza (2009), “a Flexibilização vem, principalmente, com o fim do reajuste linear de salários”, o que pode ser demonstrado pela comparação apresentada da evolução do salário dos professores do Estado de São Paulo, e sua comparação com a evolução do Salário Mínimo no Brasil.

9 Informação Verbal obtida a partir de entrevista qualitativa com 7 professores na cidade de Ourinhos – SP.

Gráfico 3 - Salário do Professor e Salário Mínimo Estado de São Paulo, 1999 - 2014 (em R\$)



Fonte: Governo Federal e SEE-SPElaboração:DIEESE – Subseção APEOESP.

Uma análise do Gráfico 3 nos permite perceber claramente que o salário do professorado paulista sofreu uma queda constante nos últimos 15 anos. No ano de 1999, a média salarial dos Professores era equivalente a aproximadamente 6 Salários Mínimos. Em um intervalo de 5 anos, a queda foi de 43%, ao passo que o Salário Mínimo foi reajustado em aproximadamente 15%. Em outras palavras, o poder de compra do Professor da rede estadual de São Paulo foi reduzido em 28%. De 2004 a 2009, o Salário docente continua em declínio, sofrendo uma perda de 25%. A escalada do Salário Mínimo nesse mesmo período foi de 51%, esse fator contribui ainda mais para a redução do poder de compra dos professores do Estado de São Paulo. Nos últimos 5 anos, o Salário Mínimo do Brasil, foi reajustado em 15%, colocando a média salarial dos Professores do Estado em um patamar ainda menor. A queda da proporção entre o Salário Mínimo e o Salário do docente da rede estadual foi de 57%, se compararmos os anos de 1999 e 2014 separadamente.

Esse quadro ainda fica mais crítico se compararmos a média salarial dos

professores do Estado, apresentada pela APEOESP (2014), com outras profissões que necessitam de Formação em Curso Superior para serem exercidas e algumas outras profissões selecionadas.

Gráfico 4 - Remuneração média dos profissionais com ensino superior completo, ocupações selecionadas

Estado de São Paulo, setembro de 2012 (em R\$)



Fonte: PNAD, 2012/IBGE – Elaborado por: APEOESP 2014

Org: BERNARDES, 2014

O resultado dessa combinação de dados demonstra um grau de Flexibilização do trabalho que se manifesta, entre outros elementos, em uma política de arrocho salarial que coloca a carreira do docente da educação básica do Estado de São Paulo, entre uma das profissões mais mal pagas do Estado. Nesse sentido, a precarização do trabalho docente passa a se tornar um impedimento à reprodução dos próprios trabalhadores.

Durante as entrevistas realizadas com os professores de Ourinhos, uma das questões apontadas pelos docentes foi a baixa remuneração e as consequências desse panorama. Praticamente nenhum dos professores entrevistados considerou a sua renda como satisfatória. Nas palavras de um dos entrevistados:

A gente estuda 20 anos seguidos com o maior esforço pra receber 1.300,00 a 1.400,00 R\$, isso se ele for iniciante. Agora mesmo um Professor com uma carreira mais avançada, com mais benefícios não chega a ganhar 2.000,00 R\$. Isso não dá pra sustentar uma

família sozinho com gastos de educação pros filhos, saúde. Minha mulher precisou de uma operação que não foi coberta pelo IAMSPE, tivemos que gastar com Hospital mesmo tendo e pagando o IAMSPE todo mês. (PROFESSOR B).¹⁰

Como observa Dieguez (2007):

Nos últimos trinta anos, por exemplo, o salário dos professores do Ensino Fundamental, na rede pública estadual, caiu sistematicamente até bater em um patamar mínimo, que corresponde a menos de um terço do valor que o piso salarial da categoria tinha em março de 1979. Com exceção de dois breves períodos – entre 1985 e 1988, e 1995 e 1998, durante os quais o salário retém e até recupera uma fração do seu poder de compra –, a queda foi contínua, apenas adiada, de tempos em tempos, por reajustes que, esgotando-se rapidamente, retornaram à linha decrescente. O movimento é consistente, e seria simples demais pensar que o baixo nível salarial dos professores reflete apenas uma circunstância econômica, uma situação transitória. Sugere, na verdade, condições de vida e de trabalho diminuídas por um longo processo de descaso com a educação – inclusive do ponto de vista salarial da categoria (DIEGUEZ, 2007 p.105).

Como desdobramento dessa situação, os professores da rede pública estadual são forçados a conviver com uma jornada cada vez mais integralizada, no intuito de poder, assim obter salários razoáveis à sua Formação. Nesse sentido, alguns docentes chegam a superar o total de aulas e acumulam cargos em outras instituições, e até mesmo em outras cidades, como forma de complementação de renda.

A jornada domiciliar tende a agravar essa situação já que com um elevado número de aulas, os profissionais são forçados a levar parte do trabalho escolar de planejamento para ser executado em casa, o que afeta diretamente o tempo livre dedicado a lazer e descanso.

Muito trabalho é levado pra casa, o HTPC, não deixa tempo livre pra corrigir provas, todo tipo de atividades é levado pra corrigir em casa. A Situação se complica em final de Bimestre e época de provas. O trabalho domiciliar, muitas vezes toma todo o tempo livre que tenho. O deslocamento não é muito exagerado aqui em Ourinhos, mas *já cheguei a rodar 30 km pra dar aula*. Sei de casos em que esse tipo de deslocamento dependia de transporte público, o que piora as condições de trabalho. *Já cheguei a dar 60 aulas por semana*. Não sobra tempo livre para nada nem mesmo pra ficar com a família. O Tempo dedicado pra lazer muitas vezes é atrapalhado pela rotina de trabalho. O trabalho escolar de preparação e correção nem sempre é

10 Relato de um dos docentes entrevistados em 2012

concluído na semana, o que obriga que parte desse trabalho fica obrigatoriamente para o Sábado e até mesmo para o Domingo. No caso da minha disciplina, que tem 5 aulas semanais, acabo tendo poucas turmas. Mas no caso de outras disciplinas como Educação Artística, por exemplo, a professora tem de treze a quinze salas para preparar aula, corrigir provas e preencher diários. Muitas vezes esse tipo de atividade acumula e atrapalha o tempo livre. Em mais de 20 anos de trabalho, viajei à praia apenas uma vez, pois não sobra dinheiro pra nada, não troco de carro, não posso acumular nada. Sem acumular cargos não consigo adquirir os meios básicos para desempenhar adequadamente minha função de professor nem de conseguir uma vida materialmente satisfatória (Professor A, grifo nosso).¹¹

As consequências desse quadro de precarização do trabalho docente são vistas quando depara-se com uma jornada integralizada, na escola e no domicílio, baixos salários, insatisfação pessoal com o vínculo empregatício, além da pressão de superiores para que o docente cumpra uma função pré-determinada, que muitas vezes contradiz seus ideais para a relação de ensino-aprendizagem. Esse processo coloca o trabalho docente em uma situação de Flexibilização fazendo do professor um operário do ensino que deve ser multifuncional, com acúmulo de várias tarefas e, de quebra, capaz de atender ao maior número possível de alunos (SOUZA, 2009).

A Flexibilização do Trabalho, exemplificada por uma jornada integralizada, decorrente dos baixos salários, a itinerância dos professores, e a alienação de seu trabalho, acabam por causar uma impossibilidade de efetivar a produção do conhecimento emancipatório e uma reflexão crítica da realidade (FIAMENGUI, 2009). Soma-se a essas condições de trabalho, a cobrança de instâncias superiores para uma elevada aprovação dos alunos, mesmo que eles não atinjam os requisitos mínimos necessários de formação, em uma clara ideia de “educação em números”.

Dentre as consequências desse panorama, surge o processo de Estranhamento do Trabalho, em que no processo de Trabalho Alienado “sob a determinação do capital, o produto resultante da atividade é um mundo de seres hostis que ao invés de servirem como meios de vida frustram as expectativas e os anseios do indivíduo” (FERREIRA, 2011 p.158).

Hoje o trabalho do Professor é um sacrifício. Cada vez mais ele se sujeita para obter os proventos necessários à satisfação de suas necessidades imediatas. Como pode haver fruição, satisfação, num trabalho em que o professor deve correr de escola em escola para

11 Relato de um docente que estava a 22 anos no magistério

cumprir sua jornada, submeter-se aos maus tratos dos alunos e às legislações abusivas, que retiram seus direitos, nas escolas públicas; trabalhar sem condições mínimas necessárias, assumir tarefas extras (...) exercer o magistério em condições de deterioração da sua saúde física e mental? (COSTA, 2009 .p 76).

É a partir desse processo de erosão do trabalho e da corrosão da vida material dos professores que partimos para a análise de um dos elementos mais pertinentes da crise metabólica do Trabalho no sistema capitalista, a saúde dos trabalhadores, que acaba por descortinar uma das maiores contradições inerentes ao capitalismo, a degradação da própria força de trabalho vivo.

2.4 - A Saúde dos Professores: um panorama das consequências da Hegemonia neoliberal sobre os trabalhadores da rede estadual da Cidade de Ourinhos – SP.

De acordo com Gasparini et al. (2005), é pertinente defender que o sistema escolar transfere ao profissional docente a responsabilidade de cobrir as lacunas existentes na estrutura escolar e da Secretaria da Educação, a qual estabelece mecanismos rígidos e redundantes de avaliação e contrata um efetivo insuficiente, levando a políticas de Flexibilização e Precarização do Trabalho.

Para Antunes:

... presenciamos o crescimento da erosão do emprego contratado e regulamentado, que foi dominante no século XX – o século do automóvel, dominado pelo Taylorismo e Fordismo –, proliferando as diversas formas de trabalho terceirizado, quarteirizado, *part time*, desprovido de direitos. Temos então a erosão dos empregos e a corrosão do trabalho. (ANTUNES, 2013 p.22).

A partir das reflexões colocadas anteriormente, podemos buscar evidenciar os problemas de saúde que acometem os profissionais docentes, já que muitos desses podem desenvolver patologias, físicas e mentais, que estão diretamente relacionadas com o quadro de sucateamento da Educação e, conseqüentemente, de precarização do trabalho docente.

No que diz respeito à saúde do trabalhador, Dejours (1992) afirma que “...a erosão da vida mental individual dos trabalhadores é útil para a implantação de

um comportamento condicionado favorável à produção” (DEJOURS, 1992, p.96), o que corrobora com o sentido da precarização investigada neste trabalho, já que a mesma se evidenciou com o aviltamento de condições de trabalho insalubres, que podem afetar o estado de saúde dos profissionais, e sua reprodução material. Nesse sentido, o docente é colocado em uma situação que dificulta a produção de um trabalho pedagógico consistente, e uma das prováveis consequências desse aspecto é a da queda da qualidade de vida dos trabalhadores envolvidos.

Nesse sentido, é possível estabelecer uma relação entre o adoecimento dos trabalhadores e a precarização do trabalho uma vez que:

Os adoecimentos laborais expressam uma das formas prementes de precarização do trabalho nas condições do capitalismo global: a precarização do homem-que-trabalha (no sentido de homem como ser humano-genérico). A crise estrutural do capital é também crise de (de)formação do sujeito de classe, determinação tendencial do processo de precarização estrutural do trabalho (ALVES, 2013 p.13).

Assim, a precarização do trabalho docente acaba por se inserir nesse contexto de crise estrutural do capitalismo que se processa de inúmeras formas, mas que tem como base comum a degradação das inúmeras formas de trabalho vivo. Logo, esse processo se agudiza com a degradação do próprio homem, e é um elemento fundante do Capitalismo e de sua dinâmica societal própria.

Para Alves (2013):

Tanto a degradação ambiental quanto a degradação da saúde do homem-que-trabalha estão ligadas ao modo como o metabolismo humano com a natureza – troca material e ação regulatória – está expresso através da organização concreta do trabalho humano. Portanto o que presenciamos hoje, no século XXI, não é apenas a crise da Natureza externa e de seu ecossistema (crise ecológica), mas a crise do trabalho vivo e de sua degradação social em virtude da exploração e da sua corporalidade viva – corpo e mente – pelo capital. (ALVES, 2013 p.17).

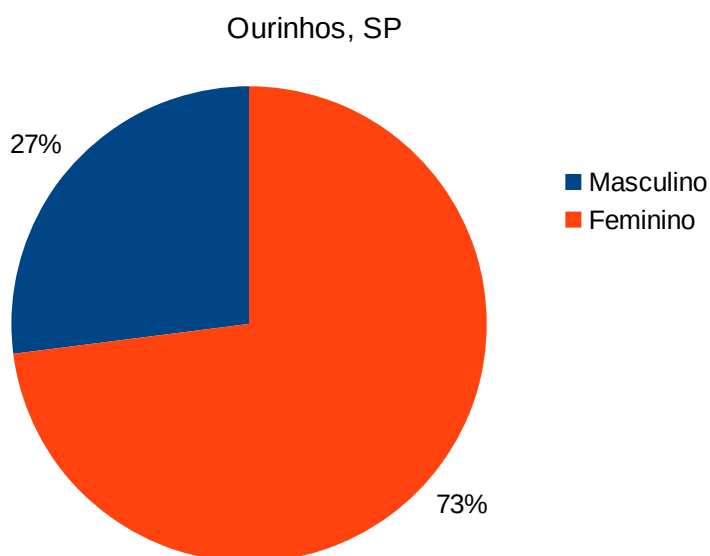
Os impactos desse processo para a classe trabalhadora se materializam na degradação da própria saúde do indivíduo. No caso dos Professores da rede estadual de São Paulo, desenvolvem-se patologias tanto físicas quanto psíquicas, uma vez que a estrutura de trabalho a qual os docentes estão submetidos ocasiona um sobre esforço que passa a acometer o professor, graças à multiplicação de suas tarefas, também fora da sala de aula, decorrentes muitas vezes das condições de

trabalho.

O elevado número de adoecimentos na categoria docente levou a produção de uma pesquisa elaborada pela APEOESP/CEPES desde 2003, na tentativa de melhor identificar o estado de Saúde dos professores da rede estadual e apontar os principais problemas que acometem o professorado.

Os principais resultados da pesquisa “Saúde dos Professores e Qualidade de Ensino”¹² foram utilizados como base para a elaboração dos questionários objetivos aplicados aos professores da cidade de Ourinhos com o intuito de comparar a situação vivida pelos docentes do referido município com as condições apresentadas pelo Sindicato. Para tal procedimento, 73 questionários foram aplicados em 6 escolas diferentes, com diferentes realidades socioeconômicas. O Perfil dos entrevistados encontra-se exposto nos gráficos abaixo.

Gráfico 5 - Divisão dos questionários respondidos por Gênero



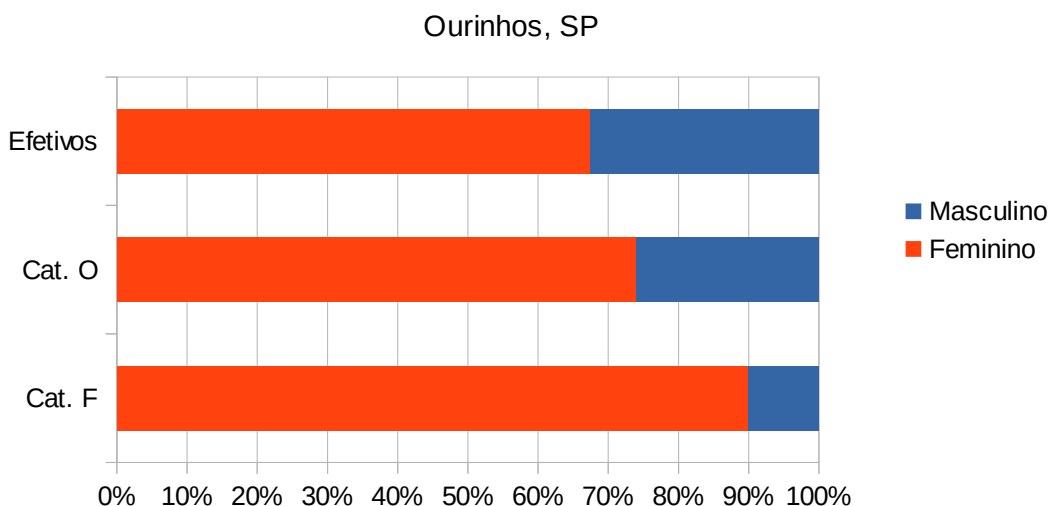
Elaborado por: BERNARDES, 2014

O perfil dos docentes que responderam ao questionário demonstra que a amostra em questão é composta em grande medida por docentes do sexo feminino o que corresponde a um número de 53 questionários em um total de 73. O **Gráfico 6** demonstra a divisão dos professores de acordo com a Categoria em que estão

12 Os resultados integrais da Pesquisa estão disponíveis em: <http://www.apeoesp.org.br/publicacoes/saude-dos-professores/saude-dos-professores-e-a-qualidade-do-ensino/>

empregados e demonstram uma predominância das mulheres em todas as Categorias, com uma menor expressividade na categoria de professores Efetivos.

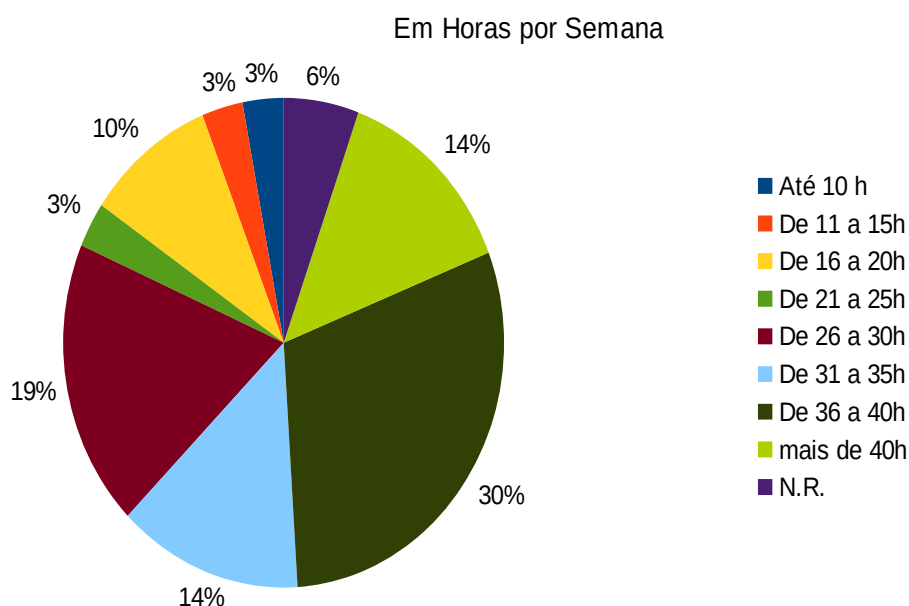
Gráfico 6 - Categorias docentes e divisão por Gênero



Elaborado por: BERNARDES, 2014

Em termos de Jornada de Trabalho (**Gráfico 7**), os professores de Ourinhos apresentam, em sua maioria (30%), Jornadas que chegam em torno de 40 horas semanais, sendo que 14% do total dos docentes realizam uma jornada que supera esse patamar, chegando níveis de 50 a 70 horas semanais, com base no acúmulo de funções. Apenas 13% dos docentes realizam uma jornada com menos de 20 horas semanais.

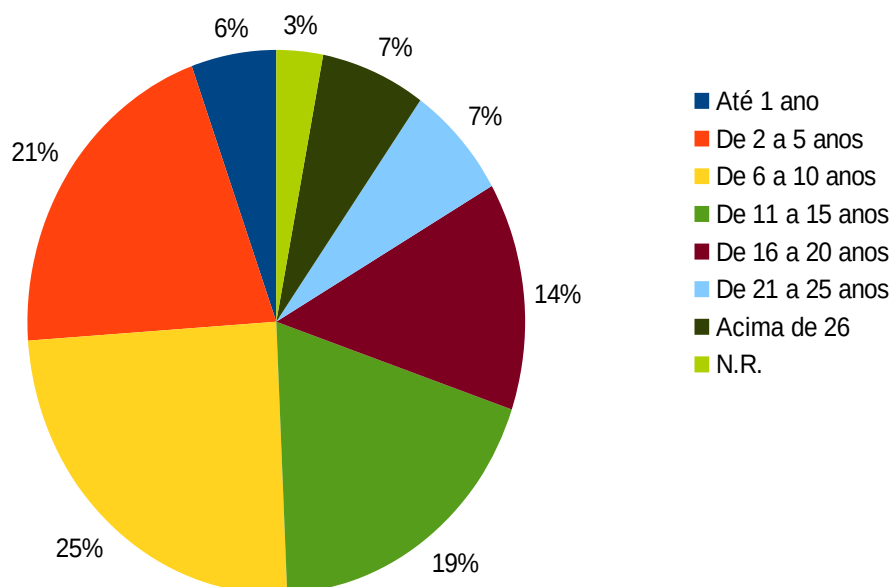
Gráfico 7 - Proporção dos Docentes de acordo com Jornada de Trabalho (Ourinhos-SP)



Elaborado por: BERNARDES, 2014

Em relação ao Tempo de Serviço (**Gráfico 8**), os professores se distribuem em faixas variadas, o destaque fica para o fato de que 33% dos docentes já prestam serviço há mais de 11 anos sofrendo, ao longo desse período, uma extensa precarização de suas condições de trabalho. A maioria dos entrevistados (46%) se caracteriza por docentes que prestam serviço há um período que varia de 2 a 10 anos de serviço. Os docentes que prestam serviço há mais de 26 anos chegam a 7% do total, fato que demonstra que boa parte (40%) dos professores que responderam aos questionários estão em processo de finalização de carreira.

Gráfico 8 - Proporção dos docentes de acordo com tempo de Serviço (Ourinhos - SP)

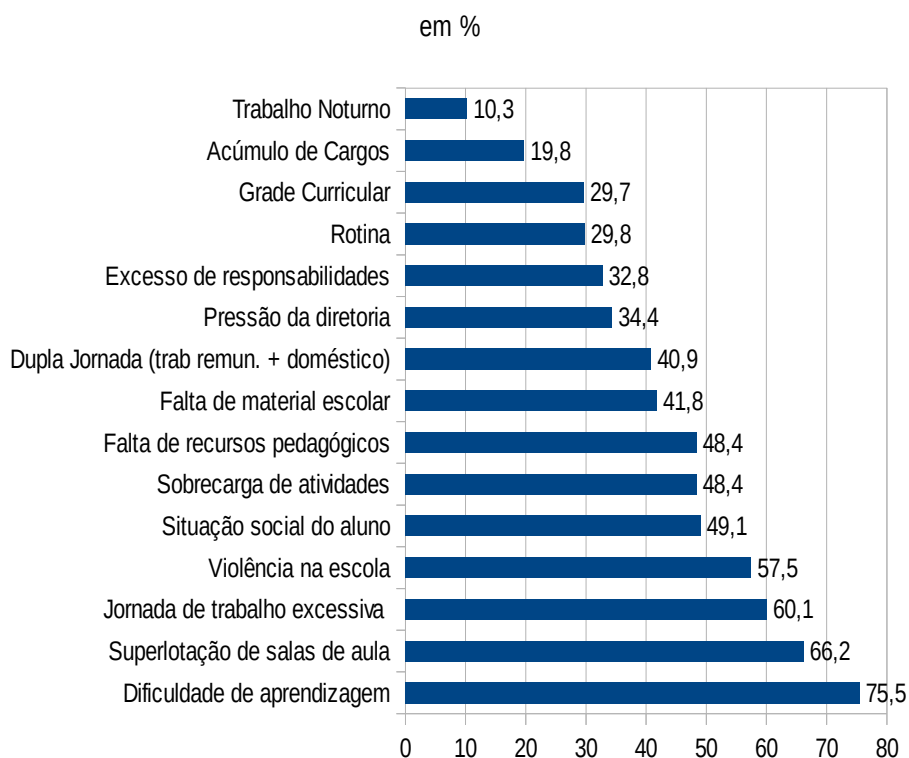


Elaborado por: BERNARDES, 2014

Ao analisar as “Principais causas de sofrimento no exercício do trabalho apontadas pelos professores” (**Gráfico 9**), a pesquisa desenvolvida pelo Sindicato dos Professores apontam como maiores causas do sofrimento a Dificuldade de Aprendizagem dos alunos, as salas de aulas superlotadas, a Jornada de Trabalho Excessiva e a Violência nas Escolas.

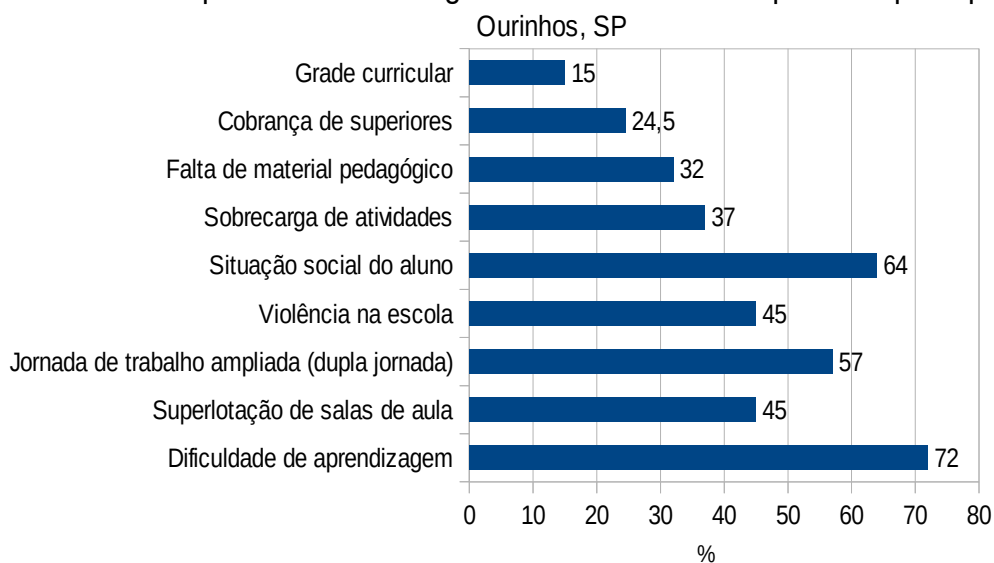
É visível que questões como a Jornada de Trabalho excessiva (e também dupla jornada), a superlotação de Salas de aula e a sobrecarga de atividades figuram como elementos da Flexibilização do Trabalho Docente e que são percebidos pelos professores como fontes de sofrimento e Estranhamento e podem ser vinculados ao desgaste Físico e Mental experienciado pelos Docentes. Os Resultados demonstrados pelos Professores de Ourinhos (**Gráfico 10**) também indicam as dificuldades de Aprendizagem dos alunos, as salas de aulas superlotadas, a Jornada de Trabalho Excessiva, a Violência nas Escolas e a Situação Social do Aluno como causas responsáveis pelo sofrimento vivido no cotidiano.

Gráfico 9 - Principais causas de sofrimento no exercício do trabalho apontadas pelos professores



Fonte: APEOESP, 2010 Elaborado por DIEESE/APEOESP

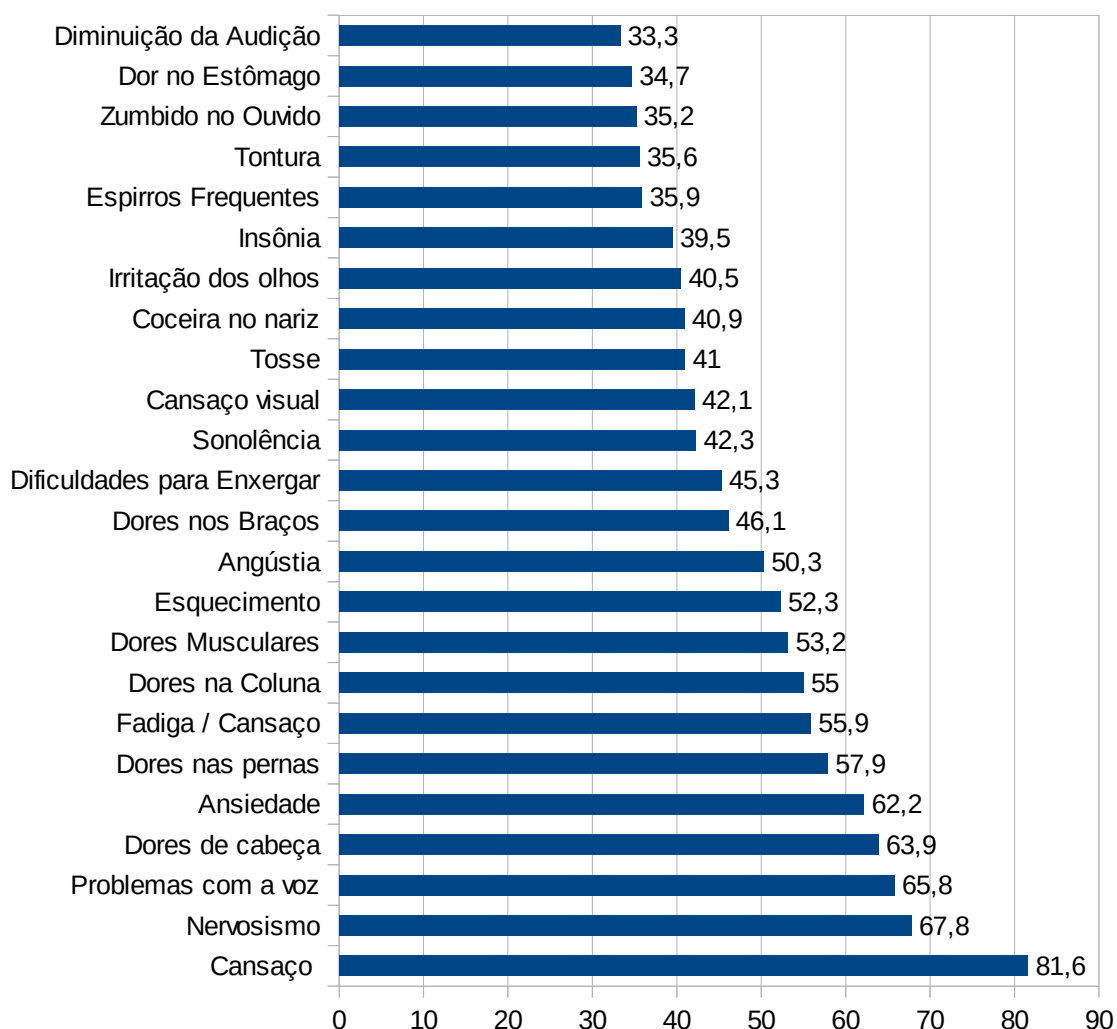
Gráfico 10 - Principais causas do desgaste físico e emocional apontadas pelos professores



Elaborado por: BERNARDES 2014

Com base nesse quadro, a Pesquisa sindical apresenta dados importantes no que diz respeito aos principais sintomas sentidos pelos professores (**Gráfico 11**) e fornecem uma direção sobre os elementos que podem se desenvolver na saúde dos trabalhadores a partir da precarização do Trabalho nas escolas estaduais.

Gráfico 11 - Principais Sintomas

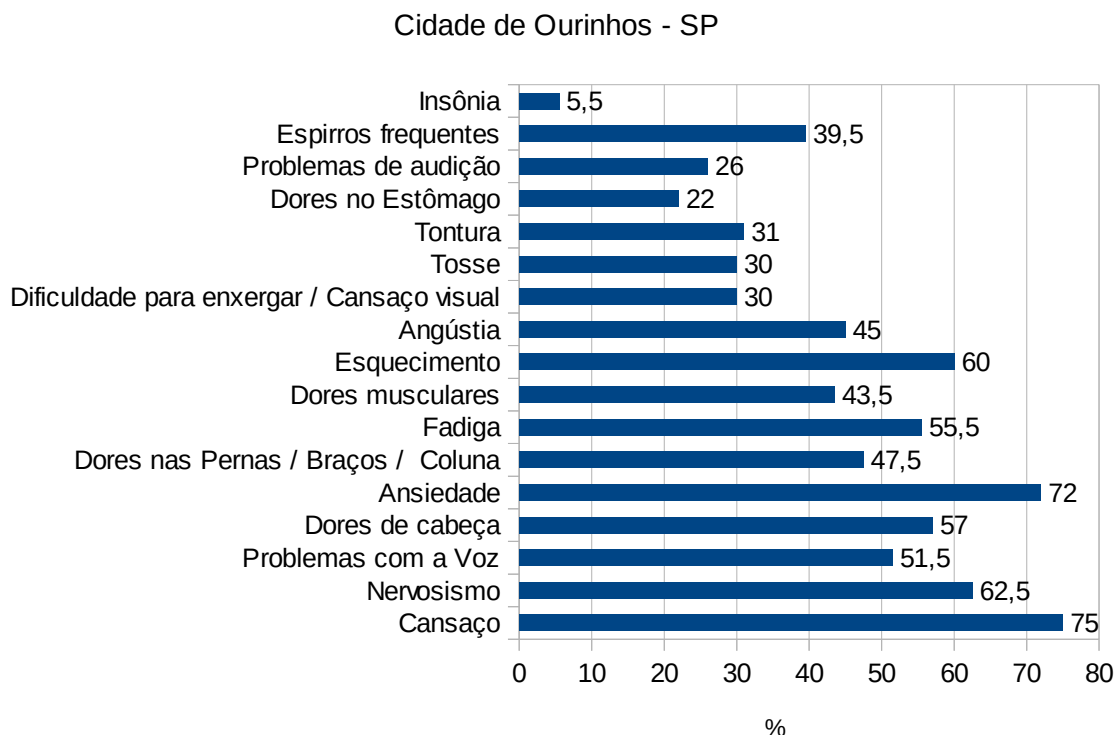


Fonte: APEOESP, 2010 Elaborado por DIEESE/APEOESP

A elevada participação dos professores que apresentam sintomas como Cansaço, Nervosismo e Problemas com a Voz demonstra a grande crise estrutural pela qual passa o Trabalho Docente, no qual até mesmo os sintomas psíquicos, como a Angústia e a Ansiedade são de presença bastante Preocupante. O Quadro apresentado pelos professores da rede estadual no município de Ourinhos (**Gráfico**

12), revela sintomas semelhantes, com um destaque ao Cansaço (80%), a Ansiedade (72%), o Nervosismo (62,5%) e o Esquecimento (60%).

Gráfico 12 - Principais sintomas relatados pelos professores



Elaborado por: BERNARDES, 2014

Nas palavras de um dos professores entrevistados, a presença do desgaste emocional pode evidenciar ainda mais esse panorama de adoecimento dos docentes:

O desgaste emocional está presente porque nem sempre é possível atingir os objetivos planejados anteriormente no plano de aula, isso desmotiva o profissional docente. O Estado transfere suas responsabilidades ao Docente através de pressões da direção, coordenação, falta de estrutura das escolas". (PROFESSOR C).

Os elementos citados corroboram com as afirmações de Gasparini et al. (2005) de que as condições concretas de trabalho, ou seja, as circunstâncias materiais sob as quais os docentes mobilizam as suas capacidades físicas cognitivas e afetivas para realizar seu trabalho, para atingir os objetivos da produção

escolar podem gerar “sobreesforço ou hipersolicitação de suas funções psicofisiológicas”, ocasionando assim um processo adoecimento do professorado em função da precarização do trabalho docente. Um dos elementos que pode dificultar uma melhor compreensão desse quadro se deve ao fato de que o desgaste decorrente do Trabalho docente tem em si uma raiz bastante imaterial e nem sempre se manifesta fisicamente, mas pode ser manifestar em doenças psíquicas, levando a casos de problemas de ordem mental e psicológica, como o Esquecimento, o “Burnout”, e a Depressão.

O “Burnout” é consequência da exposição a prolongados níveis de estresse no trabalho e compreende exaustão emocional, distanciamento das relações pessoais e diminuição do sentimento de realização pessoal” (Trigo et al, 2007 p.223) e tem como causas fatores de diversas ordens, inclusive laborais.

O quadro de precarização do trabalho vivido pelos professores na rede estadual corrobora com muitos dos elementos apresentados na **Tabela 4**, como a Sobrecarga de demandas decorrentes do Trabalho diário; a perda de parte do controle das decisões sobre a forma que se exercem as atividades da produção do saber na sala de aula a partir da alienação do trabalho; e as frustrações diárias decorrentes das relações interpessoais com superiores e alunos.

Nesse sentido o cotidiano dos professores apresenta um grande número de variáveis que tornam ainda mais difíceis a caracterização das situações causadoras de adoecimento entre esses profissionais. Devido a grande intensidade das relações humanas necessárias a produção do saber, as experiências negativas com alunos, pais e superiores podem marcar negativamente o indivíduo e ser transpostas para outras esferas da vida social do Docente, gerando assim um quadro de desconforto.

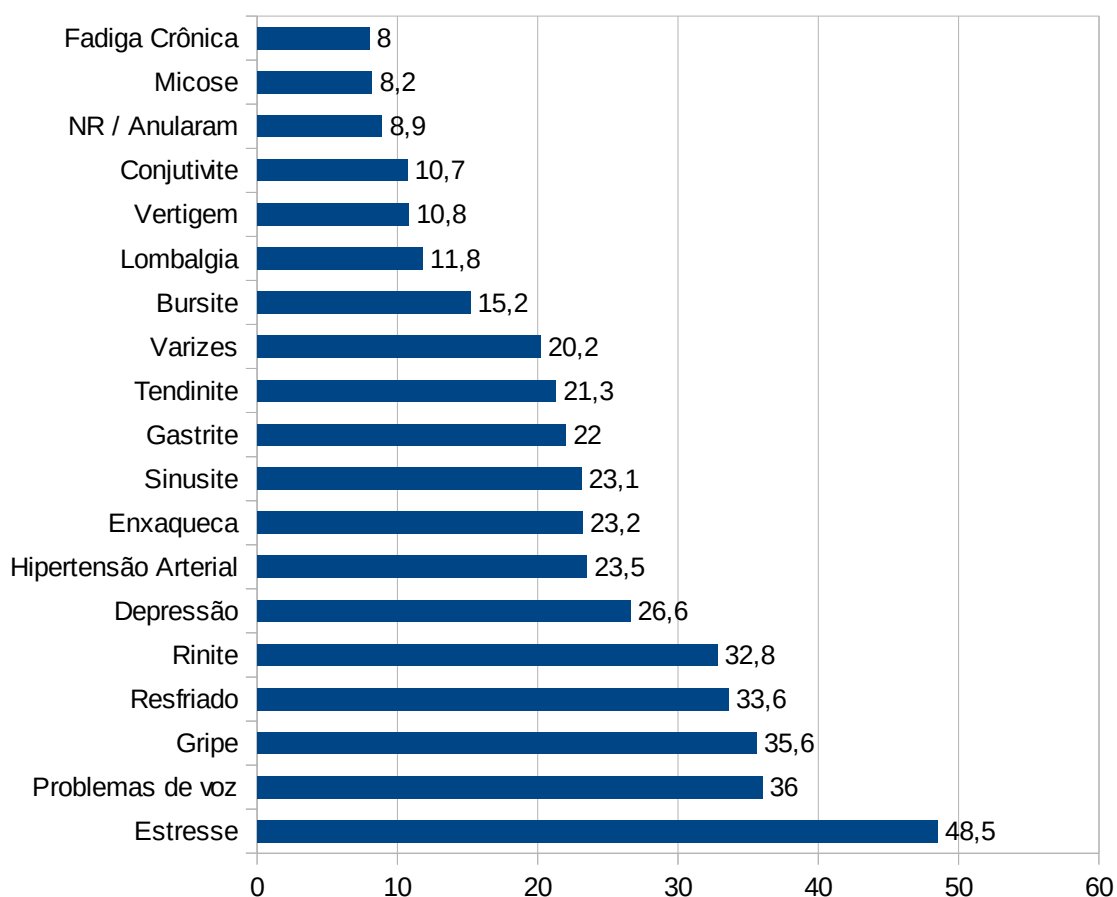
Tabela 4 - Fatores Laborais associados a Síndrome do Burnout

Fator	Características
Sobrecarga	Quantidade ou qualidade excessiva de demandas que ultrapassam a capacidade de desempenho, por insuficiência técnica, de tempo ou de infra-estrutura organizacional (Kurowski, 1999; Maslach <i>et al.</i> , 2001; Schaufeli, 1999a; Schaufeli e Enzmann, 1998; Vega, 1997) Pressão no trabalho propicia, principalmente, o aparecimento de exaustão emocional (Maslach <i>et al.</i> , 2001; Vega, 1997; Carlotto, 2001)
Baixo nível de controle das atividades ou acontecimentos no próprio trabalho; baixa participação nas decisões sobre mudanças organizacionais	Provocam pouca ou nenhuma satisfação do trabalhador pelo seu trabalho (Kurowski, 1999; Maslach <i>et al.</i> , 2001; Schaufeli, 1999a; Vega, 1997; Gil-Monte, 1997)
Expectativas profissionais	Indivíduos com discrepâncias entre suas expectativas de desenvolvimento profissional e aspectos reais de seu trabalho (Vega, 1997; Carlotto, 2001; Peiró, 1999)
Sentimentos de injustiça e de iniquidade nas relações laborais	Podem ser conseqüentes a carga de trabalho, salários desiguais para o mesmo cargo, ascensão de colega sem merecimento (Maslach <i>et al.</i> , 2001; Peiró, 1999; Maslach e Leiter, 1997)
Trabalho por turnos ou noturno	Chega a afetar cerca de 20% dos trabalhadores, acarretando transtornos físicos e psicológicos (Peiró, 1999) Mais propensos: os que precisam efetuar mudanças em períodos de tempo a cada 2 ou 3 dias, passando alternadamente do período diurno para o noturno e vice-versa (Peiró, 1999)
Precário suporte organizacional e relacionamento conflituoso entre colegas	Provocam pensamentos de não poder contar com ninguém; sentem-se desamparados, carentes de orientação, desrespeitados Quadro piora na presença de indivíduos competitivos, distantes, excessivamente críticos ou preguiçosos (Kurowski, 1999; Maslach <i>et al.</i> , 2001; Schaufeli, 1999a; Schaufeli e Enzmann, 1998; Vega, 1997; Carlotto, 2001; Gil-Monte, 1997; Maslach e Leiter, 1997)
Tipo de ocupação	É maior em relação aos cuidadores em geral (Veja, 1997; Maslach e Jackson, 1999)
Relação muito próxima e intensa do trabalhador com as pessoas a que deve atender; responsabilidade sobre a vida de outrem	Exemplos: cuidadores de deficientes mentais, Aids, Alzheimer (Vega, 1997; Peiró, 1999; Maslach e Jackson, 1999)
Conflitos de papel	Papel: conjunto de funções, expectativas e condutas que uma pessoa deve desempenhar em seu trabalho Conflito de papel: embate entre informações e expectativas do trabalhador sobre seu desempenho em um determinado cargo ou função na instituição (Kurowski, 1999; Maslach <i>et al.</i> , 2001; Schaufeli, 1999a; Vega, 1997; Gil-Monte, 1997)
Ambigüidade de papel	Ambigüidade de papel: normas, direitos, métodos e objetivos pouco delimitados ou claros por parte da organização (Kurowski, 1999; Maslach <i>et al.</i> , 2001; Schaufeli, 1999a; Vega, 1997; Gil-Monte, 1997)

Fonte: TRIGO *et al.*, 2007

É nesse ponto que a relação entre as condições concretas de trabalho se manifestam no adoecimento dos docentes, como fica evidente nos dados acerca das doenças com diagnóstico confirmado apresentados pelo Sindicato (**Gráfico 13**). A frequência com que o Estresse (48,5%) se apresenta entre os professores, aliado à grandes frequências de problemas de voz (36%) e Depressão (26,6%) demonstra que podem existir relações entre o grau de degradação do Trabalho e a corrosão da saúde dos professores.

Gráfico 13 - Principais Doenças com diagnóstico confirmado

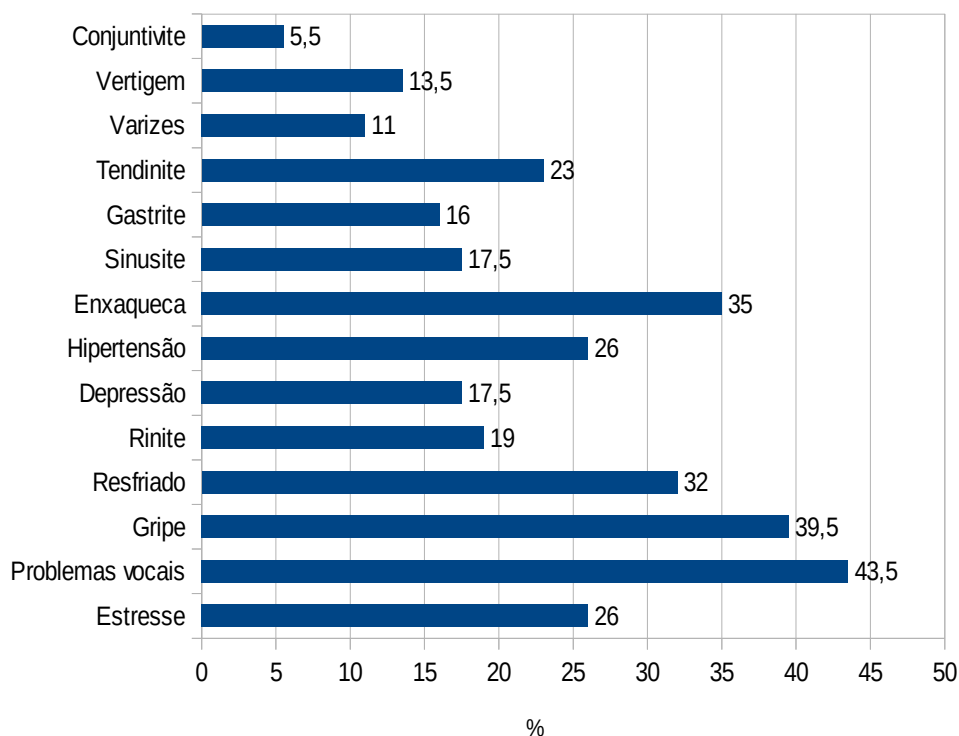


Fonte: APEOESP, 2010 Elaborado por DIEESE/APEOESP

Os Professores do Município de Ourinhos apresentaram diagnósticos de ordem semelhante, com uma maior incidência de Problemas de Voz (43,5%), Gripe

(39,5%) e Enxaqueca (35%). Diagnósticos como o Estresse, Depressão e Hipertensão também se fazem presentes entre os professores que responderam aos questionários.

Gráfico 14 - Doenças com diagnóstico confirmado relatadas pelos professores de Ourinhos



Org: BERNARDES, 2014

Os desgastes físicos e emocionais que foram relatados pelos entrevistados são: cansaço físico, stress, dores de cabeça, dores nas pernas, problemas gástricos, problemas na voz e psicopatologias como depressão e problemas de insônia. Notou-se que os professores mais jovens ou com menos tempo de magistério tem seu estado de saúde mais preservado, porém, como afirmam esses profissionais o desgaste que apresentam pode se tornar uma condição patológica mais grave. Nesse sentido, a saúde dos professores pode ser levada em conta como um importante indicador da precarização do trabalho docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As transformações econômicas que se processaram no final do Século XX marcaram o surgimento de novos paradigmas econômicos no mundo todo. A relação dialética entre a globalização econômica e a necessidade constante de expansão da acumulação do Capital impõem ao mundo uma lógica baseada nos anseios do grande capital.

Nesse panorama, o resgate dos ideais liberais, a partir da consolidação da hegemonia neoliberal, se apresenta como o pano de fundo ideológico que busca justificar a privatização do Estado, a mercantilização de praticamente todas as esferas sociais e estabelecer o conjunto de elementos necessários a essa ofensiva de classe.

Uma vez que o Trabalho no sistema capitalista tem a função de agregar valor, o processo de implementação desse projeto classista passa pela corrosão dos direitos conquistados pela classe trabalhadora no pós-guerra e abre espaço para novas formas de exploração do trabalho, cada vez mais Flexíveis, Informais e Precarizadas sobre as quais o sistema Capitalista busca elevar a níveis estratosféricos a sua lucratividade. O resultado desse processo é uma metamorfose do mundo do trabalho, agora composto por um proletariado cada vez mais diversificado e heterogêneo, e que tem seu trabalho explorado de formas cada vez mais flexíveis.

É nesse sentido que se nota o processo de precarização do trabalho docente, analisado nesse estudo. A ofensiva neoliberal que se estrutura no Brasil, faz com que as funções do Estado se pervertam em função da mercantilização de suas políticas públicas, dentre elas a educação. A implementação de formas de administração e de avaliação da Escola Pública passam a se desenhar com cada vez mais elementos mercadológicos, em que a produtividade deve ser ampliada e os gastos reduzidos.

O universo da Educação Pública e dos trabalhadores que atuam nesse meio também sofre com tais transformações. Mesmo não estando diretamente subordinado ao Capital, o trabalho docente na rede pública de ensino cumpre um papel central na formação da força de trabalho, atuando para a continuidade da reprodução social do sistema capitalista.

Nesse sentido, os docentes do Estado de São Paulo se vêem cercados por uma série de políticas que passam a controlar cada vez mais o seu trabalho de produzir conhecimentos. O Estado de São Paulo incorpora esses elementos de uma maneira muito profunda e, nos últimos 19 anos, a educação pública e o trabalho docente passam a sentir com mais intensidade o processo de degradação oriunda dos paradigmas neoliberais.

Os resultados dessa degradação se apresentam com uma elevada precarização do Trabalho Docente, que se torna cada vez mais Alienado, a partir da implementação de um currículo fechado e único para toda a rede, avaliações externas e internas de rendimento dos alunos; e cada vez mais Flexibilizado, com uma grande presença de professores temporários em situação de instabilidade no emprego, e com direitos cada vez mais reduzidos.

Os aspectos levantados ao longo desse trabalho evidenciam uma relação empregatícia não-vantajosa para os trabalhadores da educação, pois muitos apontaram que o Governo do Estado trata a educação e seus profissionais com descaso e desrespeito.

De acordo com os dados levantados em entrevistas e questionários aplicados com os docentes da cidade de Ourinhos, pôde-se verificar que alguns aspectos das condições de trabalho na rede estadual de São Paulo apresentam elevados graus de precarização, como por exemplo, a integralização da jornada de trabalho, na escola e no domicílio; a desvalorização histórica dos salários; a segregação por categorias nos diferentes formatos do plano de carreira; a subcontratação vivida pelos eventuais e contratados anualmente; os planos de bonificação por mérito; as cada vez mais frequentes avaliações internas e externas de desempenho, que acabam por ferir a autonomia dos profissionais.

Tal quadro acaba por erodir a saúde dos trabalhadores sujeitos a essas situações de descaso, e no caso dos professores da rede Pública, o adoecimento se torna cada vez mais frequente entre os professores.

Os desgastes físicos e emocionais que foram relatados pelos entrevistados são: cansaço físico, stress, dores de cabeça, dores nas pernas, problemas gástricos, problemas na voz e psicopatologias como depressão e problemas de insônia. Notou-se que os professores mais jovens ou com menos

tempo de magistério tem seu estado de saúde mais preservado, porém, como afirmam esses profissionais o desgaste que apresentam pode se tornar uma condição patológica mais grave. Nesse sentido, a saúde dos professores pode ser levada em conta como um importante indicador da precarização do trabalho nas escolas.

Os aspectos levantados são resultados de um conjunto de políticas que acabam por desvalorizar o trabalho docente, ao mesmo tempo em que cobram uma elevada “produtividade”, ponto básico da lógica de produção capitalista, que foi transposto para a Educação, a fim de atender a demandas do modo de produção vigente.

Seriam essas condições uma ferramenta de manutenção da produção do espaço capitalista? Certamente o trabalho docente, mais certamente ainda, sua precarização, faz parte de um projeto de formação educacional e que busca formar indivíduos que atuem como ferramentas, obedecendo a comandos, inibindo o pensamento crítico e o autoconhecimento dos trabalhadores (incluídos os docentes)

Finalmente, tal situação levanta alguns questionamentos e hipóteses: seria a precarização do trabalho docente mais um meio de garantir uma formação educacional adequada à reprodução do sistema? Se o trabalho docente é importante para tal formação, porque sua situação é tão degradada? Ou seria essa degradação, ou precarização, decorrente justamente desse papel central? Tais questionamentos são importantes para compreender os elementos que permeiam o objeto desse estudo, e podem servir de base para reflexões futuras acerca da situação vivida pelos Trabalhadores da Educação.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Giovanni. Prefácio. In: LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza; NAVARRO, Vera Lucia (Org.). **O Averso do Trabalho III: Saúde do trabalhador e questões contemporâneas**. São Paulo: Outras Expressões, 2013. p. 13-18.
- ANDERSON, Perry. Balanço do Neoliberalismo. In: Sader, Emir e Gentili, Pablo (orgs) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p 09-23.
- ANTUNES, Ricardo. A Corrosão do Trabalho e a Precarização Estrutural. In: LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza; NAVARRO, Vera Lucia (Org.). **O Averso do Trabalho III: Saúde do trabalhador e questões contemporâneas**. São Paulo: Outras Expressões, 2013. Cap. 1. p. 21-27.
- ANTUNES, Ricardo L. C, **Os Sentidos do Trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª Ed. - São Paulo, SP – Boitempo, 2009
- ANTUNES, Ricardo L. C. **Adeus ao Trabalho?**: Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho”. 1ª Ed. - Campinas, SP – Cortez, Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.
- APEOESP - SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (São Paulo). **A Saúde dos Professores**. 2012. CEPES: Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais, Sindicais e Gerenciamento de Banco de Dados da APEOESP. Disponível em: <<http://www.apeoesp.org.br/publicacoes/saude-dos-professores/a-saude-dos-professores-2013/>>. Acesso em: 20 abr. 2014.
- APEOESP - SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO(São Paulo). **Saúde dos Professores e a Qualidade do Ensino**. 2011. CEPES: Centro de Estudos e Pesquisas Educacionais, Sindicais e Gerenciamento de Banco de Dados da APEOESP. Disponível em: <<http://www.apeoesp.org.br/publicacoes/saude-dos-professores/saude-dos-professores-e-a-qualidade-do-ensino/>>. Acesso em: 20 jan. 2014.
- APEOESP - SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (São Paulo). **Campanha salarial e Educacional 2014**: Por empregos dignos, ganho real de salários, condições de trabalho e saúde para o

magistério Por um plano de equiparação salarial com as demais categorias com formação em nível superior. 2014. Cartaz veiculado pelo Sindicato em Março/2014. Disponível em: <<http://www.apeoesp.org.br/noticias/noticias/campanha-salarial-e-educacional-2014/>>. Acesso em: 30 mar. 2014.

CARVALHAL, Marcelo Dornelis. **A dimensão territorializante da qualificação profissional em São Paulo: a ação dos sindicatos**. Presidente Prudente, SP – 2004. Tese (Doutorado). Universidade Estadual Paulista – FCT.

COSTA, Áurea; NET, Edgard; SOUZA, Gilberto. **A proletarização do Professor: Neoliberalismo na Educação**. 2. ed. São Paulo: Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2009. 144 p.

COSTA, Áurea. Entre a dilapidação moral e a missão redentorista: o processo de alienação do trabalho dos professores do ensino básico brasileiro. In: COSTA, Áurea; NET, Edgard; SOUZA, Gilberto. **A proletarização do Professor: Neoliberalismo na Educação**. 2. ed. São Paulo: Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2009.

DEJOURS, C. **A loucura do trabalho**. Tradução: A. I. Paraguai e L. Leal. 5ª Ed. - São Paulo. Cortez- Oboré, 1992.

DIEGUEZ, Flávio. Professores, elo frágil da educação. **Estud. av.** São Paulo, v. 21, n. 60, ago. 2007. p.105 - 115. [id=S0103-40142007000200008&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&id=S0103-40142007000200008&lng=pt&nrm=iso) Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&id=S0103-40142007000200008>. Acesso em: 02 mai. de 2014. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142007000200008>.

EDGARD NETO,; SOUZA, Gilberto. **A proletarização do Professor: Neoliberalismo na Educação**. 2. ed. São Paulo: Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2009. p. 59-100.

FERREIRA, André Luiz Silva. Trabalho, Estranhamento e Comunismo em Marx. **Revista Filogenese**, Marília, v. 4, n. 1, p.150-161, jan. 2011. Disponível em: <<http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/FILOGENESE/andreferreira.pdf>>. Acesso em: 30 maio 2014.

FIAMENGUI, Gustavo. **Impactos do Projeto São Paulo Faz Escola no trabalho**

- do Professor.** Santos, SP – 2008. Dissertação de (Mestrado em educação) Programa de Pós-graduação stricto sensu em Educação da Universidade de Santos;
- FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: teorias em conflito.** in: “Educação e crise do Trabalho: perspectivas de final de século”. 5ª Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 1998;
- FRIGOTTO, Gaudêncio & CIAVATTA, Maria. Educação Básica no Brasil na década de 1990: subordinação ativa e consentida à lógica do Mercado” Vol. 24 nº 82. Campinas. **Educ Soc**, pg. 93 – 130, abril, 2003
- GASPARINI, S. M. et al. “O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde” **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 189-199, maio/ago. 2005
- GONZÁLEZ, Jorge L. & SALLES, Fernando C. Trabalho docente na era das incertezas in: **Trabalho economia e educação: perspectivas do capitalismo global** pg. 205 – 231, 1ª Ed. 2008;
- HÖFLING, Eloisa M. “Estado e Políticas (Públicas) Sociais” in: **Caderno CEDES** – ano XXI, nº 55 – pp. 30 a 41 – Campinas, Novembro/2001
- IWASSO, Simone. **Investimento privado em educação pública chega a R\$ 1 bilhão por ano: Em ações cada vez mais comuns, institutos e fundações de empresas ajudam escolas a melhorar desempenho.** O Estadão de São Paulo 04 jul. 2009. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,investimento-privado-em-educacao-publica-chega-a-r-1-bilhao-por-ano,398031,0.htm>>. Acesso
- KUENZER, Acácia Z. “Desafio teórico-metodológicos da relação Trabalho-Educação e o Papel Social da Escola” in: **Educação e crise do Trabalho: perspectivas de final de século.** 5ª Ed., 1998
- LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza et al (Org.). **O Averso do Trabalho II: Trabalho, Precarização e saúde do trabalhador.** São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza; NAVARRO, Vera Lucia (Org.). **O Averso do Trabalho III: Saúde do trabalhador e questões contemporâneas.** São Paulo:

Outras Expressões, 2013.

MARX, K. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política, livro I: O Processo de Produção do Capital. 30ª ed. Rio de Janeiro, RJ. Editora Civilização Brasileira, 2012.

MARX, Karl. **Trabalho Assalariado e Capital & Salário, Preço e Lucro** 1ª Ed. - São Paulo, SP. Expressão Popular, 2006.

PAPARELLI, Renata. Saúde mental relacionada ao Trabalho: o caso de Educadores da rede Pública de ensino paulistana. In: LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza et al. **O Averso do Trabalho II**: Trabalho, Precarização e saúde do trabalhador. São Paulo: Expressão Popular, 2010. Cap. 14. p. 317-342.

REIS, Jair Teixeira dos. “Precarização das relações de trabalho no ordenamento brasileiro – Estágio de Estudantes”. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XI, n. 52, abr 2008. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=2498

ROUSSELET, Felipe; FARIA, Glauco. **Educação sob o domínio do capital Estrangeiro**. 2013. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/blog/2013/08/sob-o-dominio-do-capital-estrangeiro/>. Acesso em: 23 ago. 2013.

SANFELICE, José L. “A Política educacional do Estado de São Paulo: apontamentos” in: **Nuances: estudos sobre Educação**. Ano XVII, v. 17, n. 18, p. 146-159, jan./dez. 2010

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO – SEE-SP. **Currículo do Estado de São Paulo**: Ciências Humanas e suas tecnologias. FINI, M.I.; MICELI, P. (coord). São Paulo: SEE, 2010.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de Território**. 1ª Ed. - São Paulo, SP. Expressão Popular, 2007.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo**: Globalização e Meio Técnico-científico-informacional”. 5ª Ed. – São Paulo, SP: EDUSP, 2008.

SÃO PAULO (Estado). Constituição (2008). **Lei Complementar nº 1078**, de 17 de dezembro de 2008. Institui Bonificação por Resultados - BR, no âmbito da Secretaria da Educação, e dá providências correlatas. Lei Complementar Nº 1.078, de 17 de Dezembro de 2008. São Paulo, SP, Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2008/lei.complementar-1078-17.12.2008.html>>. Acesso em: 22 maio 2014.

SOUZA, Gilberto. Das luzes da razão à ignorância universal. In: COSTA, Áurea; EDGARD NETO,; SOUZA, Gilberto. **A proletarianização do Professor: Neoliberalismo na Educação**. 2. ed. São Paulo: Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2009. p. 101-142.

SOUZA, L. M. **Estado e políticas públicas educacionais: reflexões sobre as práticas neoliberais**, s/d. Disponível em: <http://www.simposioestadopoliticas.ufu.br/imagens/anais/pdf/AC06.pdf>

THOMAZ JR, Antonio. “Degradação E Centralidade Do Trabalho: As Contradições Da Relação Capital X Trabalho E O Movimento Territorial De Classe” in: **Revista Pegada** – vol. 13 n.2, Presidente Prudente, SP – Dez/2012. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/issue/view/170>HARVEY, David. “O Neoliberalismo: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008. em: 22/05/2104.

ANEXOS

Projeto de pesquisa: A precarização do trabalho docente no ensino público estadual de São Paulo: a territorialização do capital na educação e suas consequências para a saúde do trabalhador – uma análise a partir de Ourinhos.

Discente: Adilson Toledo Bernardes

Nome do entrevistado*: _____

Escola (s) onde leciona*: _____

*** Apenas para fins de controle da pesquisa, não serão divulgadas essas informações.**

Questionário sobre os efeitos das condições de trabalho na saúde do professor. No.

Categoria: _____ Idade: _____ Tempo de Serviço: _____

Jornada de trabalho semanal: _____ Sexo: _____

1 – Já apresentou problemas de saúde decorrentes da função docente?

Sim ☐ Quando? _____ N ☐

2 – Quais podem ser as principais causas do desgaste físico ou mental?

Dificuldade de aprendizagem	
Superlotação de salas de aula	
Jornada de trabalho ampliada (dupla jornada)	
Violência na escola	
Situação social do aluno	
Sobrecarga de atividades	
Falta de material pedagógico	
Cobrança de superiores	
Grade curricular	
Outro:	

3 – Quais são os principais sintomas que se apresentam?

Cansaço	
Nervosismo	
Problemas com a Voz	
Dores de cabeça	
Ansiedade	
Dores nas Pernas / Braços / Coluna	
Fadiga	
Dores musculares	
Esquecimento	
Angústia	
Dificuldade para enxergar / Cansaço visual	
Tosse	
Tontura	
Dores no Estômago	
Problemas de audição	
Espirros frequentes	
Insônia	
Outros:	

4 – Já teve alguma doença com diagnóstico confirmado?

Estresse	
Problemas vocais	
Gripe	
Resfriado	
Rinite	
Depressão	
Hipertensão	
Enxaqueca	
Sinusite	
Gastrite	
Tendinite	
Varizes	
Vertigem	
Conjuntivite	
Outras:	

5 – Como avalia o sistema de atendimento à saúde do professor IAMSPE?

Eficiente Ineficiente

6 – Possui convênio médico particular?

Sim Não

7 - Solicitou afastamento médico nos últimos doze meses?

Sim Não

7.1 - Conseguiu o afastamento: Sim Não